



# MEMÓRIA GUARANI E PATRIMÔNIO VIVO

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO ECOMUSEU DE ITAIPU EM UM  
CENTRO CULTURAL DE CARÁTER MUSEOLÓGICO EM FOZ DO  
IGUAÇU/PR

**LORRAYNE BURG ACOSTA**

FOZ DO IGUAÇU  
2026

# MEMÓRIA GUARANI E PATRIMÔNIO VIVO

**PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO ECOMUSEU DE ITAIPU EM UM CENTRO CULTURAL  
DE CARÁTER MUSEOLÓGICO EM FOZ DO IGUAÇU/PR**

**LORRAYNE BURG ACOSTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

FOZ DO IGUAÇU  
2026

LORRAYNE BURG ACOSTA

# MEMÓRIA GUARANI E PATRIMÔNIO VIVO

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO ECOMUSEU DE ITAIPU EM UM CENTRO CULTURAL  
DE CARÁTER MUSEOLÓGICO EM FOZ DO IGUAÇU/PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

## BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Selma Passos Cardoso  
UNILA

---

Profa. Dra. Celine Veríssimo  
UNILA

---

Arq. Me. Fernando Carneiro Pires

Foz do Iguaçu, 03 de julho de 2026

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

**Nome completo do autor(a):** Lorrayne Burg Acosta

**Curso:** Arquitetura e Urbanismo

### Tipo de documento:

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> graduação        | <input type="checkbox"/> artigo                                    |
| <input type="checkbox"/> especialização              | <input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso |
| <input type="checkbox"/> mestrado                    | <input type="checkbox"/> monografia                                |
| <input type="checkbox"/> doutorado                   | <input type="checkbox"/> dissertação                               |
| <input type="checkbox"/> tese                        |  |
| <input type="checkbox"/> CD/DVD - obras audiovisuais |  |
| <input type="checkbox"/> _____                       |  |

**Título do trabalho acadêmico:** Memória Guarani e Patrimônio Vivo: Proposta de requalificação do Ecomuseu de Itaipu em um centro cultural de caráter museológico em Foz do Iguaçu/PR

**Nome da Orientadora:** Profa. Dra. Selma Passos Cardoso

**Nome da Co-orientadora:** Profa. Dra. Celine Veríssimo

**Data da Defesa:** 03/07/2026

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, 03 de julho de 2026..

---

Assinatura do Responsável



# AGRADECIMENTOS

Agradeço, sempre em primeiro lugar, ao Senhor meu Deus. Diante de tantas adversidades, a mão do meu Salvador me sustentou. Isaías 41:20: *Para que todos vejam, e saibam, e considerem, e juntamente entendam que a mão do Senhor fez isto.*

Ao meu marido José Guilherme, pelo amor, pela paciência e pelo apoio constante ao longo desta trajetória. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos de cansaço, dúvida e ansiedade, oferecendo acolhimento, incentivo e força quando eu mais precisei. Sua presença tornou este caminho mais leve e possível, e sua confiança em mim foi essencial para que eu continuasse até aqui.

Agradeço à minha mãe, Rose, por me ensinar a importância de fazer tudo com dedicação, responsabilidade e coragem. À minha irmã Marcielly, que tantas vezes correu para que eu pudesse caminhar, meu agradecimento pelo apoio, cuidado e presença. Ao meu pai, Alcides, pelos ensinamentos e orientações que me conduziram no caminho da vida profissional. Vou em direção à vida com uma base sólida e duradoura.

Agradeço à minha melhor amiga, Katharina, que foi a minha companheira na trajetória acadêmica. Sua presença foi essencial para que a graduação fosse não apenas um período de aprendizado, mas também de amizade, acolhimento e memórias que levo comigo com muito carinho.

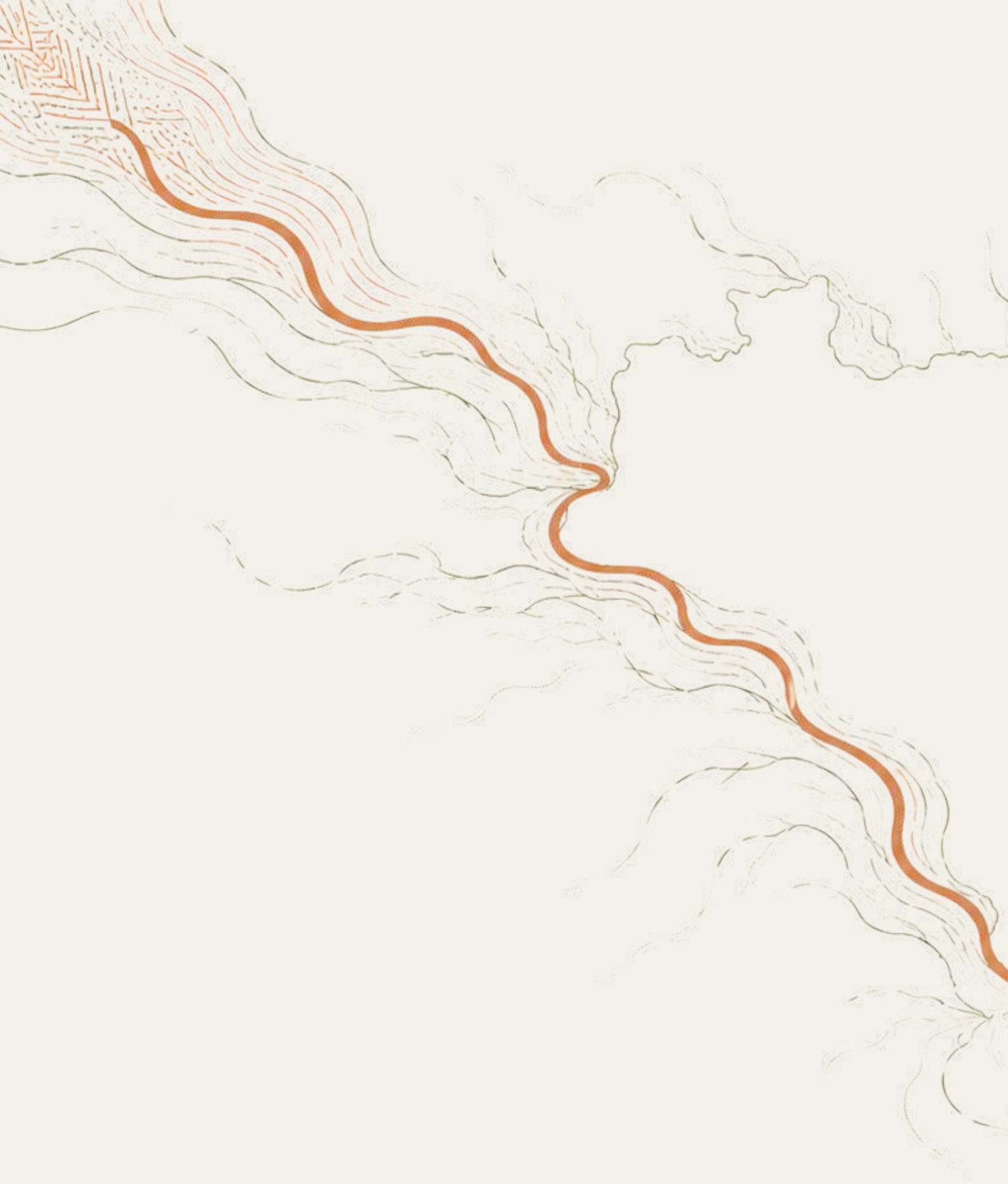
Agradeço às minhas orientadoras, Profa. Dra. Selma Passos Cardoso e Profa. Dra. Celine Veríssimo, pela orientação, pelas contribuições e pelo acompanhamento durante o desenvolvimento deste trabalho. Suas observações foram fundamentais para a construção crítica e sensível desta pesquisa.

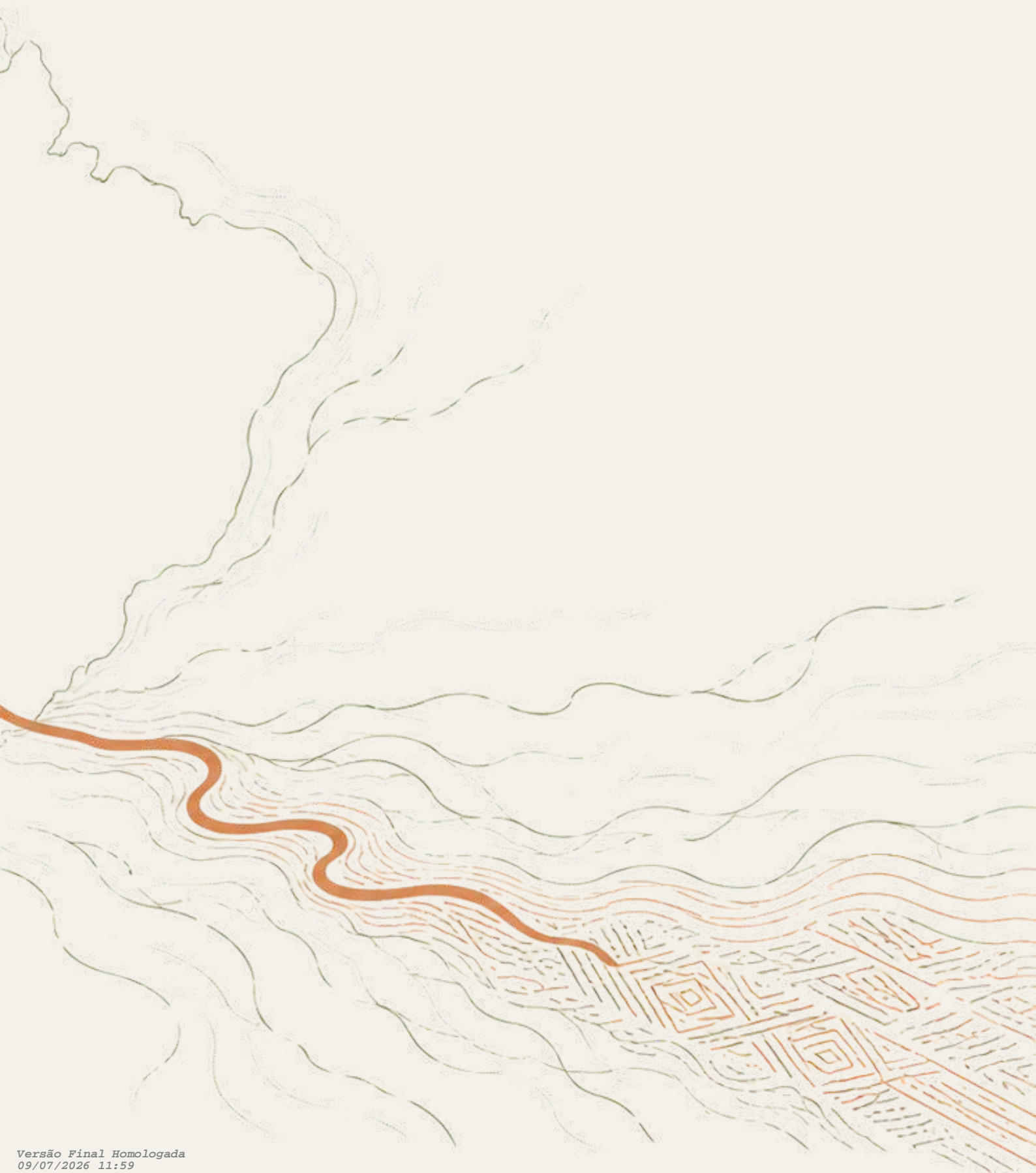
Por fim, reconheço a importância das histórias, memórias e resistências dos povos originários que fundamentam este trabalho. Que este estudo possa contribuir, ainda que modestamente, para a valorização de suas narrativas, territórios e patrimônios culturais.

A memória, viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi.

Eduardo Galeano







# RESUMO

Este trabalho propõe a requalificação arquitetônica do Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu/PR, transformando-o em um centro cultural de caráter museológico voltado à crítica ao apagamento histórico produzido pela narrativa institucional da Itaipu Binacional. A pesquisa analisa as limitações arquitetônicas, museológicas e narrativas do equipamento existente, especialmente quanto à representação dos povos Avá-Guarani e das populações impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Para isso, adota uma abordagem teórico-prática, fundamentada na museologia crítica, na decolonialidade, no patrimônio imaterial e nas relações entre arquitetura, memória e território. A metodologia articula revisão bibliográfica, análise documental, levantamento histórico-territorial, estudos correlatos e análise da área de intervenção. Como resultado, desenvolve um anteprojeto arquitetônico que integra espaços expositivos, educativos, comunitários e percursos externos voltados à memória Guarani, à denúncia dos apagamentos históricos e à relação entre arquitetura, paisagem e território.

**Palavras-chave: Ecomuseu de Itaipu; decolonialidade; museologia crítica; patrimônio vivo; centro cultural.**

# RESUMEN

Este trabajo propone la recualificación arquitectónica del Ecomuseo de Itaipú, en Foz do Iguaçu/PR, transformándolo en un centro cultural orientado a la memoria Guaraní, al patrimonio vivo y a la crítica del borramiento histórico producido por la narrativa institucional de Itaipú Binacional. La investigación analiza las limitaciones arquitectónicas, museológicas y narrativas del equipamiento existente, especialmente en cuanto a la representación de los pueblos Avá-Guaraní y de las poblaciones impactadas por la construcción de la Central Hidroeléctrica de Itaipú. Para ello, adopta un enfoque teórico-práctico, fundamentado en la museología crítica, la decolonialidad, el patrimonio inmaterial y las relaciones entre arquitectura, memoria y territorio. La metodología articula revisión bibliográfica, análisis documental, levantamiento histórico-territorial, estudios correlatos y análisis del área de intervención. Como resultado, desarrolla un anteproyecto arquitectónico que integra espacios expositivos, educativos, comunitarios y recorridos externos orientados a la memoria Guaraní, a la denuncia de los borramientos históricos y a la relación entre arquitectura, paisaje y territorio.

**Palabras clave: Ecomuseo de Itaipú; decolonialidad; museología crítica; patrimonio vivo; centro cultural.**

# ABSTRACT

This work proposes the architectural requalification of the Itaipu Ecomuseum, in Foz do Iguaçu/PR, transforming it into a cultural center focused on Guarani memory, living heritage, and the critique of historical erasure produced by Itaipu Binacional's institutional narrative. The research analyzes the architectural, museological, and narrative limitations of the existing facility, especially regarding the representation of the Avá-Guarani peoples and the populations impacted by the construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant. To this end, it adopts a theoretical-practical approach, grounded in critical museology, decoloniality, intangible heritage, and the relationships between architecture, memory, and territory. The methodology articulates bibliographic review, documentary analysis, historical-territorial survey, related case studies, and analysis of the intervention area. As a result, it develops an architectural preliminary design that integrates exhibition, educational, community spaces, and external pathways focused on Guarani memory, the denunciation of historical erasures, and the relationship between architecture, landscape, and territory.

**Keywords: Itaipu Ecomuseum; decoloniality; critical museology; living heritage; cultural center.**



# LISTA DE FIGURAS

Figuras 01, 02,03 e 04: Exposições no Ecomuseu.....	25
Figura 05, 06 e 07 - Sede da UNICON em seus primeiros anos como Ecomuseu.....	26
Figura 08 - Liderança guarani ñandeva com Ailton Krenak na Terra Indígena Itariri.....	36
Figura 09: Mapa de subgrupos linguísticos em sua disposição e sobreposição mais recente.....	37
Figura 10: Misiones Jesuítas de Santísima Trinidad del Paraná.....	38
Figuras 11 e 12: Ex-funcionários da Itaipu e fogo em residências.....	41
Figura 13: Presidentes do Paraguai, Alfredo Stroessner, e do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, assinam Tratado de Itaipu em 1973.....	42
Figura 14 e 15: Construção da barragem e explosão de ensecadeiras.....	42
Figura 16: Foto das famílias reassentadas no Ocoy em 1982.....	43
Figura 17: Abrigos indígenas oferecidos aos colonizadores portugueses.....	51
Figura 18 e 19: Na Tekoha Oco'y-Jakutinga , tronco de árvore onde são extraídas lascas para a produção de chá medicinal para a cura de dor de garganta e plantação de hortaliças.....	52
Figura 20: Intervenções em São Francisco do Sul (SC).....	58
Figuras 21 e 22: Fotos externas da arquitetura do museu durante a intervenção.....	59
Figuras 23 e 24: Manutenção e reforma na estrutura do telhado do museu durante a intervenção.....	59
Figuras 25, 26, 27 e 28: Fotos do acervo do Museu Nacional do Mar.....	60
Figuras 29, 30 e 31: Curso de Modelismo Naval.....	61
Figura 32: Perspectiva do Museu do Mar.....	62
Figura 33 e 34: Edificação do Museu do Meio Ambiente.....	63
Figura 35 e 36: Parque Botânico.....	64
Figura 37: Centro Multimídia do Ecomuseu.....	65
Figura 38: Parte do trajeto expositivo do Ecomuseu.....	65
Figuras 39 e 40: Imagens da fachada principal do museu.....	66
Figura 41 e 42: Acervo do museu.....	67
Figura 43 e 44: Acervo do museu.....	68
Figura 45: Acervo do museu.....	69
Figura 46: Raio de abrangência de análise de área de estudo.....	75
Figura 47: Mapa de zoneamento.....	76
Figura 48: Mapa de uso do solo.....	77
Figura 49: Mapa de sistema viário e sistema de transporte coletivo.....	78

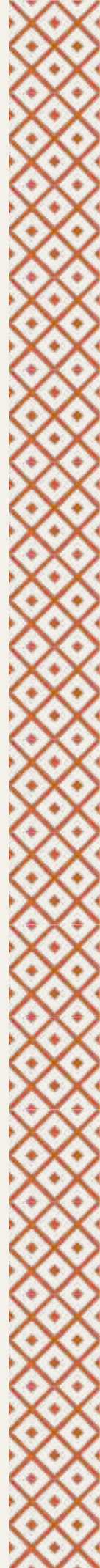
Figura 50: Mapa da Zona Funcional da Itaipu Binacional.....	80
Figura 51: Mapa planialtimétrico.....	81
Figura 52: Carta solar e sua aplicação à edificação existente.....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro metodológico.....	32
Tabela 02: Programa de necessidades e pré-dimensionamento.....	86

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Gráfico de chuvas.....	83
Gráfico 01: Gráfico de temperatura e zona de conforto.....	83



# SUMÁRIO

## 01.

### INTRODUÇÃO

1.1 TEMA.....	22
1.2 PROBLEMA.....	25
1.3 JUSTIFICATIVA.....	28
1.4 OBJETIVOS.....	30
1.4.1 Objetivos específicos.....	30
1.5 METODOLOGIA.....	31

## 02.

### REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRIA DOS AVÁ-GUARANI E A VIOLÊNCIA SOFRIDA PELO POVO NO PERÍODO DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU.....	36
2.2 MUSEOLOGIA CRÍTICA E UM OLHAR DE DECOLONIALIDADE NO PATRIMÔNIO NO SÉCULO XXI.....	46
2.3 A ARQUITETURA INDÍGENA NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL.....	50

# 03.

## ESTUDOS CORRELATOS

3.1 MUSEU NACIONAL DO MAR - SÃO FRANCISCO DO SUL/BR.....	58
3.2 ECOMUSEU ILHA GRANDE - ANGRA DOS REIS/BRASIL.....	63
3.3 CENTRO DE ARTES VISUAIS MUSEU DO BARRO - ASSUNÇÃO/PY.....	66

# 04.

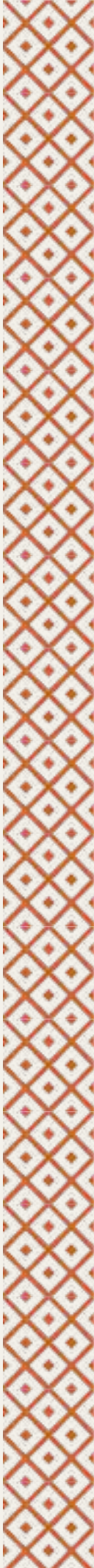
## ESTUDO DA ÁREA

4.1 ÁREA DE ESTUDO.....	74
4.2 ANÁLISE DA ÁREA .....	76
4.3 ESTUDO DO TERRENO.....	80
4.4 CONCEITO E DIRETRIZES.....	84
4.5 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO.....	86
4.6 MATERIALIDADE E TÉCNICAS.....	87

# 05.

## CONCLUSÕES

5.1 REFERÊNCIAS.....	90
TCC II.....	94





# 01.

# INTRODUÇÃO

---

*O que importa não é conhecer o mundo, mas mudá-lo.*  
Frantz Fanon

A preservação da memória coletiva e a valorização do patrimônio cultural constituem funções fundamentais de museus e demais equipamentos culturais. Entretanto, historicamente, muitas dessas instituições foram moldadas por uma perspectiva eurocêntrica, ignorando ou distorcendo as narrativas de populações minoritárias e, comumente, marginalizadas, como comunidades indígenas e tradicionais. Nesse sentido, o patrimônio não pode ser compreendido apenas como herança a ser preservada, mas também como campo de disputa, seleção e poder, uma vez que determinadas memórias são legitimadas enquanto outras são silenciadas ou apagadas. Diante disso, abordagens museológicas surgem a partir do século XIX para repensar o papel dessas instituições e garantir que o patrimônio não seja apenas conservado, mas interpretado de maneira crítica, plural e reparadora.

Neste contexto, os ecomuseus surgem como uma alternativa inovadora no campo da museologia, conectando o patrimônio cultural e ambiental ao território e à vivência das comunidades locais. Diferente dos museus tradicionais, centrados em acervos institucionalizados e espaços expositivos fechados, os ecomuseus propõem uma relação mais dinâmica entre memória, população e espaço urbano. Essa perspectiva desloca o museu da lógica do acervo fechado para uma experiência territorial, pedagógica, paisagística e interativa, na qual o próprio território passa a ser compreendido como suporte de memória. O Ecomuseu de Itaipu, localizado em Foz do Iguaçu, no Paraná, deveria ser um exemplo desse modelo, mas enfrenta desafios em relação à sua capacidade de representar as populações afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, especialmente as comunidades indígenas e os grupos deslocados pelo processo de ocupação territorial. No caso dos povos Guarani, essa problemática é agravada por narrativas que frequentemente os associam a uma condição primitiva, distante ou extinta, reforçando uma violência colonial baseada na inferiorização, no apagamento da ancestralidade e na negação de sua permanência no território.

Diante desse cenário, o presente trabalho propõe uma análise crítica do Ecomuseu de Itaipu, a partir dos princípios da museologia crítica e da decolonialidade, discutindo suas potencialidades e limitações enquanto espaço de memória e representação cultural. A partir de um estudo comparativo com outros museus latino-americanos, busca-se compreender como a arquitetura e a narrativa museológica podem contribuir para enfrentar esse apagamento histórico e tensionar a memória institucional produzida pela Itaipu. A partir dessa reflexão, desenvolve-se a proposta de um centro cultural de caráter museológico, concebido como um espaço de preservação, convivência, educação e expressão cultural, capaz de integrar exposições, atividades comunitárias e manifestações culturais vinculadas às populações historicamente invisibilizadas pela narrativa institucional dominante.



# 1.1 TEMA

Foz do Iguaçu, no Paraná, é uma cidade de 295.500 habitantes (IBGE, 2024), com destaque global por sua riqueza natural e cultural, com 95 nacionalidades e 29 etnias presentes no território (Relatório Yglota, 2024). Desde sua fundação como Município de Vila Iguassu em 1914, o município tem demonstrado padrões de crescimento no que tange à infraestrutura e população. Ressalta-se que, entre as décadas de 1970 e 1980, durante a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a cidade passou por um crescimento demográfico de 300%, entre trabalhadores barrageiros e migrantes comerciantes (Itaipu, 2014). No entanto, o processo de expansão foi marcado por deslocamentos forçados, expropriações e rupturas territoriais: da região foram removidos camponeses e indígenas do grupo Avá-Guarani, a fim de viabilizar o alagamento das áreas necessárias à construção da barragem (Matiello; Queluz, 2011).



0 500 1000 km



0 100 200 km



0 10 20 km

Mapa de localização de Foz do Iguaçu/PR. Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2023. Mapas Acadêmicos, 2025. Autoral, 2026.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (Lei n. 12.528/2011) publicou um relatório que aponta parte das violências sofridas pelos Avá-Guarani durante o período de planejamento e construção da barragem, recomendando a adoção de medidas de reparação. Este documento foi incluído como evidência no estudo divulgado pelo Ministério Público Federal (MPF), em 2019, que comprova violações a direitos indígenas da etnia Avá-Guarani durante a construção da usina, realizado a pedido da procuradora-geral da República Raquel Dodge. Neste relatório, os pesquisadores do Ministério Público da União (2019), apontam que as decisões em relação à territorialidade foram tomadas ainda no período da Ditadura do Brasil (1964-1985). Alcântara et al. (2019) citam que “os militares eram norteados por uma lógica discursiva relacionada à “segurança nacional”, contexto no qual os indígenas foram vistos, ainda, como “problema” e “ameaça”. Ainda segundo os mesmos pesquisadores, muitas das injustiças sofridas pelos indígenas decorreram da negligência na elaboração dos laudos territoriais, que apontavam a ausência dessas famílias nas áreas afetadas e garantiam sua exclusão dos processos de reassentamento compensatório.

Somam-se a isso as violações dos direitos de moradia, cujas denúncias foram abafadas ou omitidas em razão do contexto político repressivo vigente no país naquele período.


Em 1975, ainda durante o governo ditatorial, foi redigido o Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente de Itaipu: este documento propunha medidas mitigadoras dos impactos socioambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu - dentre eles, a criação de um Museu de Arqueologia para acervo arqueológico e um Museu de História Natural, para o acervo botânico, faunístico e florestal (Itaipu, 1975). Após doze burocráticos anos, é inaugurado o Ecomuseu de Itaipu. Segundo a historiadora e arqueóloga Fernanda de Camargo-Moro (1986), que foi redatora do Plano Diretor do Ecomuseu de Itaipu:

“Um ecomuseu que não se atenha apenas como os museus comuns a ser um instrumento de pesquisa, conservação e apresentação do patrimônio, mas também um organismo suscetível e predisposto a participar do desenvolvimento e organização cultural da região. Uma região, um território, cheio de símbolos e signos, marcas de referência, elementos de identificação e agregação para sua população.”

A decisão de alterar o programa de dois museus para a existência de um ecomuseu foi da própria Camargo-Moro, ao levar em consideração a relevância da entidade da Itaipu Binacional e as emergentes discussões de uma nova forma de pensar a museologia dadas na época. Segundo Moro (1986): “Não seria cabível que uma obra como Itaipu tivesse no seu desenvolvimento cultural um museu que não acompanhasse as novas propostas de interpretação de patrimônio.” Tal entendimento reforça a compreensão do ecomuseu não apenas como espaço expositivo, mas como equipamento cultural articulado às dinâmicas sociais, territoriais e comunitárias da região. Entretanto, diante do histórico de desterritorialização indígena associado à construção da usina, essa articulação não pode ser tratada apenas como discurso institucional de integração entre museu e território. Pelo contrário, deve ser tensionada criticamente a partir das memórias, ausências e disputas que atravessam esse território.

Embora sua existência seja relevante na valorização da história e dos recursos naturais, o museu enfrenta desafios significativos em relação à representação de perspectivas locais, especialmente das comunidades indígenas e demais grupos historicamente marginalizados e impactados pela construção da barragem. Sendo assim, o presente trabalho propõe a requalificação do Ecomuseu de Itaipu por meio da criação de um centro cultural de caráter museológico, voltado à releitura da diversidade cultural e histórica da região a partir das violências territoriais que marcaram sua formação. Busca-se, assim, promover um equipamento cultural capaz de integrar exposições, atividades





educativas, manifestações artísticas e espaços de convivência comunitária, fortalecendo processos de resistência, pertencimento e disputa das narrativas historicamente silenciadas pela memória institucional dominante.

Ressalta-se que uma intervenção dessa natureza não pode prescindir da participação das comunidades indígenas envolvidas. Por se tratar de um Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, esta proposta não se apresenta como representação direta dessas comunidades, mas como exercício crítico e projetual voltado a identificar ausências, tensionar narrativas institucionais e indicar caminhos para uma futura construção participativa. Assim, a participação comunitária é assumida como horizonte ético da proposta, enquanto a arquitetura atua como suporte para a escuta, a convivência, a educação e a disputa de memórias no território. Dessa forma, o tema deste trabalho se estrutura a partir da relação entre arquitetura, memória e território, tomando o Ecomuseu de Itaipu como objeto de reflexão crítica e intervenção projetual. Ao reconhecer as contradições presentes em sua origem institucional e em sua narrativa museológica, a pesquisa busca compreender de que maneira a arquitetura pode contribuir para revelar apagamentos, fortalecer vínculos territoriais e ampliar as possibilidades de leitura crítica sobre a história de Foz do Iguaçu e dos povos impactados pela construção da barragem.

# 1.2 PROBLEMA

O problema central deste trabalho está na abordagem museológica, patrimonial e arquitetônica do Ecomuseu: memória seletiva, escassez de material expositivo e ausência de narrativa crítica no que se refere à histórica violência sofrida pelos povos originários. As omissões relacionadas às histórias, culturas, territórios e modos de vida das diferentes etnias presentes na região, especialmente dos povos Avá-Guarani, evidenciam a necessidade urgente de uma abordagem decolonial na representação do patrimônio cultural indígena. Soma-se a isso a ausência de reflexões mais profundas acerca das contradições existentes entre a preservação da memória coletiva e os impactos territoriais, sociais e culturais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, aspectos ainda pouco evidenciados nas exposições do ecomuseu.

Figuras 01, 02,03 e 04: Exposições no Ecomuseu



Fonte: Turismo Itaipu, 2021.



Nesse sentido, o problema não se limita à falta de representatividade, mas à permanência de uma memória institucional domesticada, que tende a suavizar os conflitos, silenciar responsabilidades e apresentar a barragem prioritariamente como marco de desenvolvimento técnico e energético.

Além das limitações narrativas e museológicas, a própria configuração arquitetônica do equipamento demonstra fragilidades em relação à relevância cultural e social que a instituição poderia exercer no contexto urbano de Foz do Iguaçu. O edifício atualmente ocupado pelo Ecomuseu de Itaipu corresponde ao antigo Centro Admissional da UNICON (União de Construtoras Ltda.), empresa responsável pela construção civil da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Essa permanência é significativa, pois vincula o museu à própria infraestrutura administrativa e construtiva da barragem, permitindo compreender o edifício não apenas como suporte expositivo, mas como vestígio físico de uma instituição associada à transformação territorial da região. A edificação dos anos 1960 em formato de três hélices abriga o trajeto da exposição, que inicia-se em uma recepção com linguagem arquitetônica modernista-contemporânea e perpassa por pequenas exposições ao ar livre, sem mecanismos significativos para garantir conforto térmico ou até a preservação adequada dos artefatos expostos às intempéries.

Figura 05, 06 e 07: Sede da UNICON em seus primeiros anos como Ecomuseu



Fonte: Ecomuseu 30 anos, 2019.

Em sua configuração atual, o museu carece de coerência com o papel que a instituição deveria desempenhar: confrontar criticamente a violência territorial que possibilitou a própria usina e construir uma relação mais efetiva entre arquitetura, narrativa museológica, território e memória coletiva. A desconexão entre o projeto arquitetônico e a função cultural desempenhada pela instituição reforça as limitações em alcançar um espaço de denúncia, reparação simbólica e disputa narrativa. Dessa forma, a problemática central deste trabalho consiste em compreender como a arquitetura pode deixar de atuar apenas como suporte neutro da exposição e passar a operar como instrumento crítico de leitura territorial, capaz de tensionar a memória institucional da Itaipu e evidenciar os apagamentos produzidos pela barragem.



## 1.3 JUSTIFICATIVA

Na atualidade, Foz do Iguaçu possui dois museus de caráter turístico, o Museu de Cera e Maravilhas do Mundo, ambos do grupo Dreamland (Tripadvisor, 2024). O Ecomuseu de Itaipu destaca-se como o único espaço memorial de caráter histórico na cidade, desempenhando um papel central na construção da memória coletiva no território. Contudo, essa condição não pode ser compreendida de maneira neutra, uma vez que o espaço está vinculado a uma instituição associada ao processo de transformação territorial, deslocamento populacional e desterritorialização indígena provocado pela implantação da barragem (Matiello; Queluz, 2011). Assim, a justificativa deste trabalho não se limita à necessidade de requalificar um espaço cultural existente, mas parte do entendimento de que é preciso intervir criticamente em uma infraestrutura da memória produzida pela mesma lógica institucional que historicamente silenciou parte dos conflitos e das violências envolvidas nesse processo.

Os ecomuseus vêm se consolidando no Brasil e no mundo como espaços que vão além da lógica tradicional de preservação patrimonial, transformando-se em agentes ativos na valorização da memória e na participação comunitária. Para Varine (2012), o patrimônio pode atuar como recurso para o desenvolvimento local, articulando memória, educação, participação social e valorização das identidades territoriais. Diferentemente dos museus convencionais, estes estabelecem uma relação direta com o território e com seus habitantes, permitindo que a própria comunidade atue na construção e na manutenção do patrimônio cultural e ambiental. No caso do Ecomuseu de Itaipu, a escolha de sua permanência no mesmo terreno da sede da UNICON reforça seu potencial histórico enquanto espaço de reflexão crítica. Essa concepção torna-se ainda mais necessária, pois o espaço carrega a contradição de ser, ao mesmo tempo, um equipamento de memória e parte de uma estrutura institucional vinculada aos impactos sociais, ambientais e territoriais causados pela usina (Alcântara et al., 2019).

Mais do que um espaço de exposição, o equipamento deve ser repensado como um centro cultural de caráter museológico capaz de promover denúncia e reflexão crítica sobre os impactos da sociedade capitalista e imperialista na vida dos povos indígenas, integrando memória, educação, convivência e manifestações culturais contemporâneas.

Inspirado nas reivindicações dos movimentos sociais indígenas e nas discussões da museologia crítica e decolonial, o projeto pode funcionar como um dispositivo de educação crítica, reparação simbólica e reconhecimento do patrimônio vivo, compreendido não apenas como acervo preservado, mas como memória em disputa, prática territorial, saber comunitário, corpo coletivo e direito de narrar vinculados às populações originárias e tradicionais da região.

A adoção de uma abordagem decolonial mostra-se fundamental para romper com as narrativas eurocêntricas e institucionalizadas que historicamente dominaram as instituições museológicas. No contexto do Ecomuseu de Itaipu, essa perspectiva permite deslocar o foco da narrativa institucional para as memórias historicamente tensionadas pela construção da usina, especialmente aquelas vinculadas às comunidades indígenas. Ao invés de apenas ampliar a pluralidade discursiva do equipamento, a abordagem decolonial propõe questionar quais histórias foram legitimadas, quais foram silenciadas e de que forma a arquitetura pode contribuir para transformar o museu em um espaço de denúncia, escuta, reparação simbólica e disputa crítica da memória. Nesse sentido, a crítica não se dirige apenas ao conteúdo exposto, mas também à forma como edifícios, mapas, percursos, acervos e narrativas museológicas podem participar da produção de apagamentos ou, ao contrário, operar como instrumentos de revisão histórica.

A requalificação arquitetônica do Ecomuseu sob essa perspectiva exige, portanto, uma revisão coerente com seu papel educativo, político e social. Para além da preservação do espaço existente, a intervenção pretende incorporar ambientes de convivência, educação, expressão artística e convivência comunitária, estabelecendo relações mais efetivas entre arquitetura, território e memória. A proposta também justifica-se pela possibilidade de expandir o museu para além da edificação, transformando-o em uma experiência territorial, pedagógica e paisagística, na qual percursos, pátios, espaços externos e áreas de exposição aberta passam a atuar como dispositivos de memória. Ao incorporar elementos que reconheçam os conflitos históricos envolvidos na formação de Itaipu, o Ecomuseu pode deixar de operar apenas como narrativa institucional sobre o passado e assumir-se como um ecomuseu voltado à denúncia, à educação crítica, à memória viva e à construção de novas relações entre patrimônio, paisagem e presença indígena.



# 1.4 OBJETIVOS

Tem-se como objetivo deste trabalho elaborar uma crítica ao padrão museológico, patrimonial e arquitetônico presente no Ecomuseu de Itaipu, assim como propor a requalificação arquitetônica e museológica do Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu – Paraná, a partir de uma abordagem decolonial e crítica, compreendendo-o como um ecomuseu de reparação simbólica. Busca-se evidenciar os processos de desterritorialização indígena e transformar o equipamento em um centro cultural de caráter museológico voltado à memória viva, à educação crítica e à relação entre arquitetura, território e presença indígena.

## 1.4.1 Objetivos específicos

- Analisar criticamente o atual Ecomuseu de Itaipu e suas limitações arquitetônicas, museológicas e narrativas na representação da memória indígena e das populações impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, identificando a necessidade de uma abordagem decolonial e de reparação;
- Investigar a relação entre arquitetura, patrimônio imaterial e museologia crítica, compreendendo como os espaços culturais e museológicos podem atuar como ferramentas de resistência, preservação e valorização cultural;
- Mapear os territórios indígenas impactados pela construção da Usina de Itaipu, ressaltando o apagamento histórico e a necessidade de reparação cultural, memorial e documental das populações atingidas, especialmente dos povos Avá-Guarani;
- Estudar ecomuseus, museus comunitários e museus indígenas na América Latina que adotam estratégias espaciais, expográficas e comunitárias alinhadas à decolonialidade, extraíndo diretrizes projetuais para a nova proposta;
- Desenvolver uma proposta de requalificação arquitetônica e museológica do Ecomuseu de Itaipu enquanto centro cultural de caráter museológico, integrada à paisagem, ao território e à memória viva, criando suportes espaciais para práticas educativas, exposições críticas, percursos externos e futuras formas de apropriação comunitária.

# 1.5 METODOLOGIA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso está atrelado ao eixo de Ateliê Integrado e tem caráter teórico-prático, visando o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico para a proposta de requalificação do Ecomuseu de Itaipu, localizado em Foz do Iguaçu, PR. A pesquisa estrutura-se a partir de revisão bibliográfica, análise documental, leitura crítica do território, estudo de correlatos e desenvolvimento projetual, compreendendo a arquitetura como instrumento de mediação entre memória, paisagem e reparação histórica e simbólica. A fundamentação teórica também integra a metodologia, pois orienta a análise crítica do equipamento existente e serve como base para a construção das diretrizes arquitetônicas, museológicas e espaciais do projeto.

A metodologia de projeto parte, portanto, da relação entre teoria, análise e proposição. Inicialmente, são estudados os conceitos de museologia crítica, decolonialidade, patrimônio vivo e memória Guarani, que fundamentam a leitura crítica do Ecomuseu de Itaipu e de sua narrativa institucional. Em seguida, essa análise é relacionada ao território, à edificação existente, aos espaços livres, aos acessos, aos fluxos, à paisagem e às condições de uso do conjunto. A partir desse diagnóstico, são definidas as diretrizes projetuais, o programa de necessidades, a setorização, os percursos expositivos, a materialidade e as estratégias de integração entre arquitetura, memória e território, resultando no desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico.

Considerando a dimensão crítica e decolonial assumida por este trabalho, reconhece-se que a participação indígena é fundamental para qualquer intervenção efetiva em um equipamento cultural voltado às memórias, territórios e violências relacionadas aos povos originários. No entanto, diante dos limites de tempo, acesso e escopo de um trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo, esta pesquisa não reivindica representar diretamente as comunidades indígenas nem substituir processos reais de escuta e deliberação coletiva. Assim, a proposta é construída como uma leitura crítica preliminar, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental, estudo do território e interpretação arquitetônica da instituição museológica.

Ao reconhecer esses limites, o trabalho não abandona a dimensão participativa que fundamenta a noção de ecomuseu, mas a reposiciona como princípio orientador da proposta arquitetônica. Nesse sentido, as decisões projetuais buscam criar condições espaciais para acolher processos de escuta, atividades educativas, exposições comunitárias, encontros culturais e formas diversas de apropriação coletiva. Assim, a arquitetura é compreendida não como responsável por representar sozinha as memórias indígenas e territoriais, mas como suporte para que essas narrativas possam ser disputadas, compartilhadas e reconstruídas por seus próprios sujeitos.



Tabela 1: Quadro metodológico

OBJETIVO	METODOLOGIA
<p>Analisar criticamente o atual Ecomuseu de Itaipu e suas limitações arquitetônicas, museológicas e narrativas na representação da memória indígena e das populações impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, identificando a necessidade de uma abordagem decolonial e de reparação;</p>	<p>Revisão bibliográfica sobre museologia crítica, ecomuseus, decolonialidade e patrimônio vivo; análise documental de materiais institucionais sobre o Ecomuseu de Itaipu; leitura crítica das narrativas expositivas, dos espaços existentes e das condições arquitetônicas atuais.</p>
<p>Investigar a relação entre arquitetura, patrimônio imaterial e museologia crítica, compreendendo como os espaços culturais e museológicos podem atuar como ferramentas de resistência, preservação e valorização cultural;</p>	<p>Levantamento teórico sobre patrimônio imaterial, memória coletiva, arquitetura e museologia crítica; análise de artigos e estudos sobre a aplicação da museologia decolonial e à função social dos espaços culturais.</p>
<p>Mapear os territórios indígenas impactados pela construção da Usina de Itaipu, ressaltando o apagamento histórico e a necessidade de reparação cultural, memorial e documental das populações atingidas, especialmente dos povos Avá-Guarani;</p>	<p>Levantamento documental das áreas impactadas pela barragem; análise de documentos oficiais, relatórios acadêmicos e materiais relacionados aos povos indígenas atingidos; incorporação dessas informações na concepção dos espaços, estudo e documentação e na construção das diretrizes conceituais, espaciais e narrativas da proposta..</p>
<p>Estudar ecomuseus, museus comunitários e museus indígenas na América Latina que adotam estratégias espaciais, expográficas e comunitárias alinhadas à decolonialidade, extraíndo diretrizes projetuais para a nova proposta;</p>	<p>Seleção e análise de estudos de caso relacionados à museologia crítica, comunitária e indígena; comparação entre seus princípios expositivos e sua relação com o território, a memória viva e estratégias arquitetônicas e expográficas.</p>
<p>Desenvolver uma proposta de requalificação arquitetônica e museológica do Ecomuseu de Itaipu enquanto centro cultural de caráter museológico, integrada à paisagem, ao território e à memória viva, criando suportes espaciais para práticas educativas, exposições críticas, percursos externos e futuras formas de apropriação comunitária.</p>	<p>Análise da área de intervenção e da edificação existente; definição de diretrizes projetuais a partir da fundamentação teórica; elaboração do programa de necessidades, setorização, fluxos, implantação, materialidade, percursos expositivos e desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A fundamentação teórica funciona como etapa essencial da metodologia, pois orienta a leitura crítica e ajuda a identificar como a narrativa atual ainda evidencia apagamentos relacionados aos impactos da construção da usina. A partir dessa análise, são definidas as diretrizes do anteprojeto arquitetônico, buscando aproximar o museu do território e ampliar seu impacto social.





# 02.

## REFERENCIAL TEÓRICO

---

*A história, apesar de sua dor dilacerante, não pode ser apagada; mas, se encarada com coragem, não precisa ser vivida novamente.*

Maya Angelou

A formulação de um projeto museológico comprometido com a justiça social e cultural exige um embasamento teórico que relacione a memória dos povos impactados, a crítica ao modelo museológico convencional e a importância da arquitetura na valorização do patrimônio. Assim, este referencial teórico se organiza em três eixos principais. O primeiro apresenta uma breve história dos Avá-Guarani e a violência sofrida pelo povo no período de planejamento e execução da Usina de Itaipu, abordando os impactos territoriais e culturais do empreendimento e a luta pela manutenção de suas tradições. O segundo eixo trata da museologia crítica e da decolonialidade no patrimônio no século XXI, discutindo a necessidade de repensar os museus como espaços de resistência e reconstrução da memória, rompendo com narrativas eurocêntricas e elitistas.

Por fim, o terceiro eixo analisa o papel da arquitetura na valorização do patrimônio cultural imaterial, refletindo sobre como os elementos arquitetônicos podem contribuir para um espaço museológico que respeite e fortaleça as identidades locais. Esses três eixos estruturam a base conceitual necessária para a requalificação do Ecomuseu de Itaipu, garantindo que ele se torne um espaço de pertencimento, denúncia e preservação da memória coletiva.



## 2.1 BREVE HISTÓRIA DOS AVÁ-GUARANI E A VIOLÊNCIA SOFRIDA PELO POVO NO PERÍODO DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

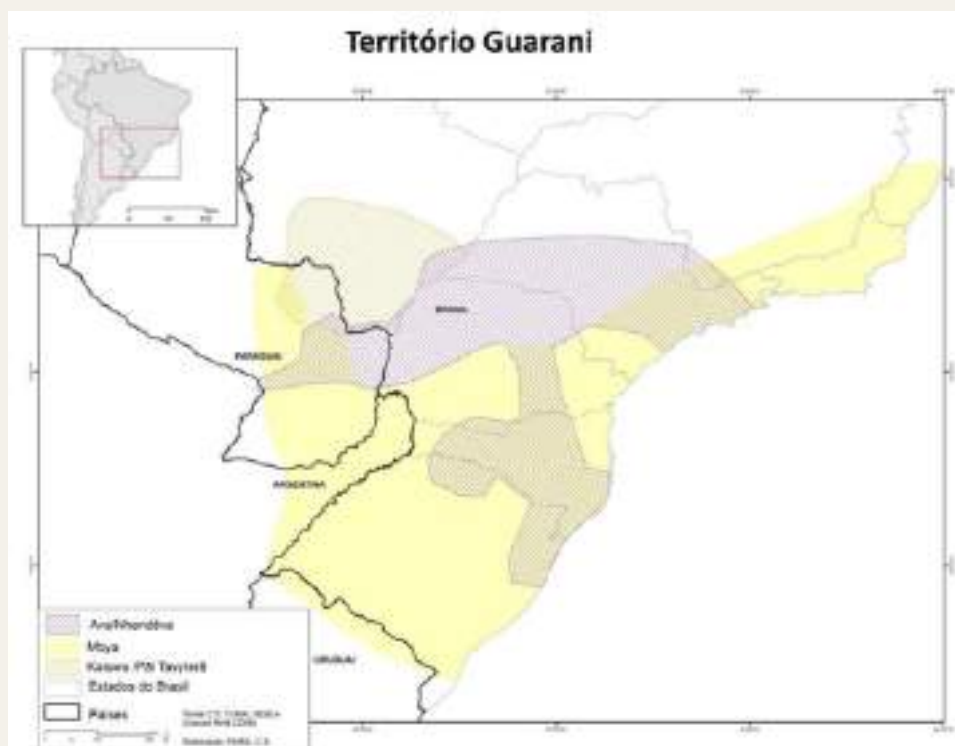
O percurso histórico dos Avá-Guarani, repleto de transformações culturais e territoriais, oferece um contexto essencial para compreender a relevância do patrimônio cultural e a necessidade de resgatar suas narrativas no âmbito do Ecomuseu de Itaipu. De acordo com Albernaz (2007), o grupo indígena Ava-Guarani é etnologicamente conhecido como Nhandeva (ou Ñandeva) e compõem o grupo indígena de língua Guarani. Ainda, a mesma afirma que os primeiros habitantes da região e em lugares afastados reconhecem-os como Ipykué.

Figura 08 - Liderança guarani ñandeva com Ailton Krenak na Terra Indígena Itariri. Fonte: acervo do ISA, 1984.



Sua presença na região data de 2000 até 2500 anos atrás, data estimada dos registros arqueológicos - principalmente ceramistas - encontrados em toda a margem da foz do rio Iguaçu até a confluência com o rio Piquiri, na cidade de Marechal Cândido Rondon (Noelli, 1999). A região trinacional abarca outros grupos indígenas que identificam-se com nomenclaturas distintas: os Mbya e Kaiowá, como é possível ver na imagem XX. Ainda que sua presença seja de extrema importância e relevância cultural, o foco é nas famílias Ava-Guarani, pois delas há relato de despejo forçado pela construção da hidrelétrica:

Figura 09: Mapa de subgrupos linguísticos em sua disposição e sobreposição mais recente



Fonte: Figueiredo, Faria e Oliveira, 2018, apud Alcântara, 2019.

Os territórios guarani são, segundo Melià et al. (2008), “territórios de comunicação”, tendo em vista a relevância da mobilidade para a visão religiosa e cosmológica que essa etnia carrega: a busca pela “terra sem males”, ou yvy marane’y (Schaden, 1973 apud Alcântara, 2019). Dessa forma, a mobilidade possui um caráter relevante para sua forma de vida sociocultural e ampliação de redes de parentesco. Segundo Alcântara (2019):

[há] uma categoria nativa própria para defini-la: o oguata (ou Jeguata), cuja tradução literal seria “andar”, “caminhar”. Desse modo, é por meio da circulação entre aldeias mais ou menos definidas para a visita de parentes – mote principal hoje de muitos dos movimentos – que as famílias Guarani compõem novas redes de trocas (rituais e materiais) e de parentesco (pelos casamentos que são efetuados), assim como estendem, fortalecem e mantêm suas redes anteriores de consanguinidade, afinidade e compadrio (Alcântara, 2019).

Sendo assim, é de extrema relevância para a manutenção da cultura Guarani a liberdade de mobilidade, pois o território não é visto apenas como um espaço físico, mas um meio de interação e conexão.

Este é o motivo de encontrarem-se vários registros arqueológicos em uma área relativamente extensa, que foi alagada - e apagada - em grande parte. Alguns dos sítios que não foram inundados pela hidrelétrica em 1982 - como o Tekoha Marangatu - obtiveram busca e reocupações pelos Guarani em virtude da significativa ligação simbólica, cultural e familiar que estes espaços ocupam no passado e no presente (Chmyz, 1999, p. 49). Os sítios inundados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu representavam muito mais do que espaços físicos para os Avá-Guarani; eles eram elementos centrais de sua cosmologia, abrigando conexões espirituais e culturais que sustentavam suas práticas e tradições ancestrais.

Ainda, no período colonial, houve missões jesuíticas na região que correram harmoniosamente, segundo o historiador José Afonso Oliveira (2006, apud Alcântara, 2019, p. 29). No entanto, a partir de uma leitura decolonial, essa interpretação precisa ser tensionada, uma vez que a tutela religiosa nas missões também representou uma forma de intervenção autoritária sobre a cultura Guarani, marcada pela imposição de valores europeus, pela ideia de incapacidade indígena e pela negação de sua autonomia cultural e territorial (Colaço, 1998). De toda forma, as missões na região foram encerradas após fortes ataques bandeirantes tendo como objetivo a captação de mão de obra escrava indígena e a conquista territorial para a coroa portuguesa. Sendo assim, o período colonial foi um momento de fortes rearranjos socioespaciais para os Ava-Guarani e, após o fim do período jesuítico, os indígenas puderam voltar ao seu modo de vida tradicional em um amplo território compartilhado - até a segunda metade do século XIX.

Figura 10: Misiones Jesuítas de Santísima Trinidad del Paraná.



Fonte: Secretaria Nacional de Turismo de Paraguay, 2022.


Entretanto, a partir do momento de preparação para a Guerra do Paraguai (1864-1870), foram implantados fortes militares na região fronteira, onde encontravam-se algumas famílias de paraguaios e argentinos que, ainda que fossem menor número em comparação com os indígenas, atuavam com a extração da erva-mate e obtinham ganhos financeiros significativos. Alguns desses pontos militares estavam localizados ao lado de antigas missões jesuíticas que funcionam na atualidade como ponto de pacificação dos indígenas e início do povoamento não indígena no oeste do Paraná, visando a população da área em torno dos rios para facilitar o funcionamento militar da região. Segundo o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1991, p. 3), essas mudanças socioespaciais causaram alterações profundamente significativas na dinâmica indígena da região, com a cultura de “dedetização” dos indígenas e a migração forçosa como fuga do extermínio e colonização.

Assim, com o fim da guerra, foi fundada a Colônia Militar (1889), como primeiro passo da futura fundação da cidade de Foz do Iguaçu, assim como da colonização e desenvolvimento da região às custas da expropriação territorial e exploração de mão de obra dos Guarani - por meio de abertura de estradas, divisão de lotes e outros trabalhos braçais. Durante esse período de urbanização, a divisão de lotes e propriedades entre colonos e indígenas foi conturbada, havendo muitas escrituras de terrenos indígenas passadas a particulares (CIMI, 1991, p. 9). Desde o século XIX até os anos 1980, as terras onde os indígenas habitavam estavam sob nome de particulares, colonos brancos que, mais tarde, a Itaipu redocumentaria e desapropriaria.

Ao longo dos anos, com o advento do Parque Nacional do Iguaçu, na década de 1960, ocorreram mais expropriações das aldeias ali vigentes. Segundo Tavares (2020), já haviam ocorrido episódios de violência perpetrados por invasores na década de 1940, causando migrações forçadas entre as tekoha da região. Ainda conforme o autor: “Durante os anos 1960 e 1970, com o auxílio do INCRA e a omissão da FUNAI, a população indígena foi gradualmente forçada a se retirar da Colônia Guarani até toda a área ser tomada por colonos” (Tavares, 2020, p. 27). Brant de Carvalho (2005) traz um importante depoimento da anciã Narcisa Tacua Catu de Almeida retratando a forma de violência realizada contra os Ava-Guarani:

“Nasci no Oco'y-Jakutinga em 1924. Fui mora na aldeia Guarani em 1934. Morei ali até 1943. Morava 50 famílias na aldeia Guarani, perto do rio Iguaçu, lá onde hoje é o Parque Nacional do Iguaçu.... [houve] guerra com os índio para tira os Guarani da terra: eu vi, eu vi, mataram tudo! Jogavam os índios nas Catarata, abriam a barriga com facão e jogava depois nas Catarata. Era para o corpo não boiar, para afundar! O cacique da aldeia Guarani (Téve), e a mulher dele (Aispis) foram tudo morto e jogado nas Cataratas. [...] Catarata é cemitério Guarani!” (Brant de Carvalho, 2005).





Este depoimento retrata a realidade que os povos originários enfrentam desde muitos anos atrás até a atualidade. Tavares (2020) aponta que, ainda que com as intrusões ocorridas, no período prévio à construção da Itaipu, o processo de expropriação foi acelerado de maneira descomunal, até atingir seu ápice com a inundação do território em 1982. Nos momentos prévios à construção da UHE, ambos os países passavam por momentos delicados no âmbito sociopolítico, tendo em vista a ditadura militar que assolava o Paraguai (1954 - 1985) sob o poder ditador Alfredo Stroessner (1912 - 2006), mesmo regime que se implantava no Brasil (1964 - 1985) no comando de diferentes ditadores, dentre eles, Emílio Garrastazu Médici (1905 - 1985), quem assinou o Tratado de Itaipu, oficializando as negociações. Nessas instâncias, havia um impasse ao que tangia as fronteiras da propriedade nacional, onde o país vizinho e parceiro na construção interpretava que os saltos mais relevantes de Sete Quedas localizavam-se em ambos os territórios - visão à qual o Brasil discordava, compreendendo que os saltos estavam majoritariamente no território brasileiro. Esse debate, em verdade, ocorria desde o século XVIII, demonstrando que os tratados com os quais os governos lidavam entre si excluíam completamente a territorialidade histórica representada por indígenas que ali residiam. Inclusive, Alcântara (2019, p. 55) aponta que a existência dos indígenas era questionada e diminuída de forma a facilitar o andamento do projeto, como pode ser observado em:

Isso se vê claramente nos documentos em que gestores da usina se expressam acerca dos Guarani, sempre buscando ressaltar uma falta de autenticidade neles, e com uma postura de desdém para com as reivindicações territoriais apresentadas por eles, a exemplo do contido no Ofício E/JD/RJ/0006/89, assinado pelo diretor jurídico Clóvis Ferro Costa e direcionado ao Ministério de Minas e Energia, no qual consta expressamente que “esses índios estão praticamente aculturados, já praticam foot-ball, usam bicicleta, ouvem rádio e alguns até intermitentemente trabalham como boias-frias nas plantações vizinhas” (Alcântara, 2019).

Neste documento, assinado em 1989, é possível perceber o teor xenofóbico das autoridades para com o estilo de vida indígena que sofreu coibições, alterações e opressões desde suas entranhas há séculos pelo processo colonizador - além de ser perfeitamente comum a todas as pessoas a prática de atividades físicas, lazer e trabalho. A invisibilização dos Ava-Guarani era conveniente para a concepção da Itaipu, tendo em vista a cultura de desenvolvimento, integração e segurança nacional que rodeava não apenas a hidrelétrica, mas os governos como um todo, assim como a ideia de problema e ameaça à qual os indígenas residentes da área foram equivocadamente correlatos.

Órgãos oficiais e governamentais, infelizmente, estão diretamente envolvidos nas ações de violência cometidas contra os povos indígenas, seja por sua participação ativa ou sua omissão cega. É importante ressaltar que as ditaduras tiveram um papel fundamental na destruição da cultura indígena na região, segundo Tavares (2020), foram realizadas ameaças, intimidações, coação armada, queima de casas e roçados, e possivelmente o uso de cárcere privado e tortura. Há registros fotográficos que foram divulgados em 2017 pela Comissão Nacional da Verdade que, segundo Tavares (2020), representam “funcionários de Itaipu posando em frente a várias casas guarani em chamas, como se comemorassem o ato que acabavam de cometer”. Tais funcionários faziam parte da “diretoria de desapropriações”, como era comumente conhecido o setor jurídico da empresa e, ainda segundo o autor, esse comportamento constituía “o modus operandi” desta diretoria, responsável pelas remoções.

Figuras 11 e 12: Ex-funcionários da Itaipu e fogo em residências



Fonte: Acervo Comissão da Verdade do Paraná, 2018.

Nesta época prévia à construção, os indígenas presentes na área estavam dispersos em famílias, com poucas alternativas de subsistência e expansão devido à exploração irresponsável por parte de empresas colonizadoras de teor capitalista e pelo avanço da urbanização de cidades (Alcântara, 2019, p. 65). Infelizmente, não foram realizados levantamentos quantitativos oficiais naquele então. Brant de Carvalho (2005) reconhece cerca de 32 aldeias que existiam até a primeira metade do século XX. Ainda que o número exato das que existiam no momento do alagamento de Itaipu, pela pesquisa se saiba que pelo menos 19 estavam em áreas que foram submersas. Entretanto, o levantamento realizado pela Comissão Guarani da Verdade apontou a inundação por Itaipu de, pelo menos, 47 ocupações, nove aldeias no lado brasileiro e 38 no lado paraguaio (Comissão Yvyrupá, 2017, p. 27).

Sendo assim, em 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, e nos anos seguintes a construção iniciou-se. Em 1978, foi feito o desvio do rio e, em 1982, o fechamento de dito desvio, o enchimento do reservatório - alagamento da área - e, conseqüentemente, o início da geração de energia. Ao final da obra, Itaipu inundou e removeu populações humanas de uma área de 1.350 km<sup>2</sup> ou 135 mil hectares, atingindo mais de 40 mil pessoas (entre indígenas e não indígenas) e encobrendo quase 7 mil propriedades ou áreas tituladas (ROCHA, 1991, p. 15). De acordo com os ofícios, o processo de desterro e reassentamento do território foi responsabilidade do Consórcio Itaipu Binacional, e não do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e nem da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas que, naquele então, identificava-se como Fundação Nacional do Índio - uma mudança de nomenclatura que ocorreu apenas em 2023 por meio da Medida Provisória nº 1.154).

Figura 13: Presidentes do Paraguai, Alfredo Stroessner, e do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, assinam Tratado de Itaipu em 1973.



Fonte: Arquivo Itaipu, 2023.

Figura 14 e 15: Construção da barragem e explosão de ensecadeiras



Fonte: Arquivo Itaipu, 2023.


Após a retirada dos indígenas das terras alagadas, ocorreu o reassentamento na Gleba Ocoy, na margem sul do rio Ocoy. Ainda que já existissem famílias indígenas previamente ali alocadas, o espaço era significativamente menor em relação às extensas áreas que os Guarani tradicionalmente utilizavam para sustentar sua cosmologia e práticas culturais, como a mobilidade e os rituais coletivos. Além disso, a área não foi oficialmente reconhecida como território indígena, o que contribuiu para as inseguranças em estabelecer raízes socioculturais e favoreceu as pressões por parte de vizinhos de território em utilizar as terras para fins financeiros. Essa condição agravou a vulnerabilidade da comunidade, que passou a viver comprimida entre o rio, o lago de Itaipu e o avanço das lavouras do entorno, especialmente de soja e milho, ficando exposta às pressões do latifúndio, à redução das áreas de uso tradicional e aos riscos de contaminação por agrotóxicos pulverizados nas plantações vizinhas (CTI, 2023).

Neste momento de vulnerabilidade, os indígenas no Ocoy receberam apoio de ONGs que auxiliaram a contestar formalmente as escolhas que vinham sendo feitas em detrimento de sua existência. Entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Ministério Público Federal desempenharam um papel importante ao pressionar Itaipu Binacional e órgãos competentes para encontrar uma solução mais digna e permanente para os Avá-Guarani. Por decisão tomada naquele então, na atualidade, essa população habita nas margens de um dos braços do lago de Itaipu, formado pela construção da mesma em 1982, em uma reserva indígena localizada em São Miguel do Iguaçu - Paraná, a cerca de 67km do ponto mais próximo do lado nas imediações da Hidrelétrica de Itaipu.

Figura 16: Foto das famílias reassentadas no Ocoy em 1982



Fonte: Ministério Público da União, 2019.



São Miguel do Iguaçu foi selecionada por oferecer características geográficas mais próximas do que os Guarani consideram necessário para manter sua relação simbólica e prática com o território. A área possui maior extensão territorial, vegetação nativa e proximidade relativa aos locais originais. Diferentemente de Ocoy, a terra foi demarcada como Terra Indígena, oferecendo segurança jurídica para os Avá-Guarani reconstituírem sua vida comunitária, redes de parentesco, práticas rituais e modos de subsistência.

Entretanto, a demarcação não eliminou por completo os efeitos da desterritorialização provocada pela formação do lago de Itaipu. A redução das áreas de uso tradicional, a proximidade com propriedades rurais e o avanço das monoculturas no entorno continuam impondo limitações à autonomia territorial dos Avá-Guarani. Nesse contexto, a presença de lavouras de soja e milho próximas às aldeias, associada ao uso de agrotóxicos, mantém a comunidade exposta a novas formas de pressão e contaminação, demonstrando que a violência territorial não se encerrou com o reassentamento, mas permanece atualizada nas disputas pelo uso da terra (CTI, 2023).

Dessa forma, observa-se que a violência sofrida pelos Avá-Guarani não se restringe ao período de construção da Usina de Itaipu, mas faz parte de um processo histórico mais amplo de controle territorial, apagamento cultural e subalternização de seus modos de vida. Das missões jesuíticas à formação do lago, do reassentamento em áreas insuficientes às pressões atuais do agronegócio, a permanência Guarani no território foi constantemente atravessada por interesses coloniais, estatais e econômicos. Assim, compreender essa trajetória é essencial para reconhecer que a memória Guarani não pertence apenas ao passado, mas permanece viva, tensionada e ainda marcada por disputas territoriais, simbólicas e políticas no presente.



## 2.2 MUSEOLOGIA CRÍTICA E UM OLHAR DE DECOLONIALIDADE NO PATRIMÔNIO NO SÉCULO XXI

A instituição museológica, como é conhecida na atualidade, nasce no século XVIII - um período marcado por grandes transformações políticas e intelectuais impulsionadas pelo Iluminismo. Os avanços dos conhecimentos científicos daquele então contribuíram para a descentralização do poder sociocultural anteriormente concentrado na Igreja Católica, desde o período da Idade Média. No entanto, este mesmo contexto também consolidou ideais eurocêntricos ao redor do mundo, como a supremacia racial, promovendo visões racistas e xenofóbicas que influenciaram, claramente, a construção da sociedade e, conseqüentemente, como é contada a história desta sociedade, por meio das narrativas museológicas (Vergès, 2023). Paralelamente, o tráfico transatlântico de escravizados atingia seu auge, concentrando riqueza nas mãos da elite escravagista que utilizava a arte como símbolo de status e poder (Vergès, 2023). Assim, ao longo do período mais marcante das guerras e expedições colonizadoras, os objetos retirados por soldados, missionários, mercadores e aventureiros de seus territórios de origem passaram a compor o acervo dos museus ocidentais, acumulando um patrimônio histórico e financeiro inquestionável, porém marcado pela apropriação cultural e deslocamento forçado de bens culturais, tornando o museu igualmente em um espaço admirável, repleto de conhecimento e digno de visita, um símbolo de prestígio cultural e educativo, como um cemitério de culturas violadas, objetos vítimas de racismo, xenofobia e esquecimento ancestral.

No entanto, há uma certa ironia no fato de que tantos busquem contemplar coleções que, muitas vezes, foram construídas à custa de espoliação, deslocamento forçado e morte. Assim como a visita ao campo de concentração nazista em Auschwitz-Birkenau, que foi o maior centro de exterminação na época, carrega um peso de memória e luto, a experiência em muitos museus poderia provocar questionamentos sobre a origem de seus acervos (Auschwitz-Birkenau Memorial and Museum, [s.d.]). A diferença, porém, está na forma como essas histórias são contadas: enquanto Auschwitz se apresenta como um espaço de lembrança e reconhecimento da violência cometida, muitos museus ainda romantizam suas coleções, sem reconhecer plenamente as cicatrizes deixadas por sua formação (Vergès, 2023). Um exemplo dessa negligência é o acervo encontrado no Museu Britânico, em

Londres, no Reino Unido, que abriga cerca de 4,5 milhões de objetos pertencentes a seis continentes (The British Museum, 2025), sendo inclusive motivo de comentários negativos online, defendendo que o museu apenas tem todo seu renome às custas de roubo. Dessa forma, como afirma Françoise Vergès (2023):

O museu realizou uma formidável inversão retórica, dissimulando os aspectos conflituosos e criminosos de sua história e apresentando a si mesmo como um depósito do universal, um guardião do patrimônio da humanidade, um espaço para ser cuidado, protegido e preservado de contestações, um espaço com status de santuário, isolado das desordens do mundo (Vergés, 2023).

Assim, resgatando o pensamento da autora, afirma-se que a visão museológica atual nada mais é do que reflexo das desigualdades estruturais globais criadas pela escravidão, colonização, capitalismo racial e imperialismo. Isto é, os museus não abrigam apenas objetos, mas fragmentos de culturas que foram saqueadas, deixando lacunas irreparáveis em suas histórias e identidades. A crítica decolonial emerge como uma resposta às limitações da lógica de museologia tradicional, que reproduz estruturas de poder coloniais e eurocêntricas. Essa abordagem busca transformar os museus em espaços inclusivos e democráticos, onde o foco não está apenas em preservar objetos, mas em promover uma reflexão crítica sobre o passado e o presente.

Segundo Frantz Fanon (1961, p. 32): “A decolonização, que se propõe a transformar a ordem do mundo é, como se vê, um programa de desordem absoluta”. De acordo com a interpretação de Vergès, o conceito de “desordem absoluta” diz respeito à ruptura que seria capaz de acabar com uma ordem que foi estabelecida globalmente pela camada opressora da sociedade, uma ordem que estes construíram e incessantemente fortalecem. A autora, em seu livro *Descolonizar o Museu* (2023, p. 40), compreende a existência de um museu universal, como conhecido hoje, nascido como instituição colonial, que é ditado por relações de força, sendo uma arma ideológica em favor da gentrificação social de quem é representado dentro dele e de quem o mantém. A partir disto, entende que este museu não pode ser decolonizado, mas sim substituído. Para isso, propõe um contramuseu (ou pós-museu): uma proposta inovadora para a valorização da instituição como forma de luta social anticolonial, antifascista, anti-imperialista, feminista, queer e - especialmente - indígena.

O principal ideal de um pós-museu ou, como denominado anteriormente, um museu decolonial é a dignidade da vida e da cultura, visando uma instituição não somente anti, mas pós-racista, pós-patriarcal, pós-capitalista. Mais do que lutar contra essas estruturas opressivas, é necessário extingui-las para possibilitar a criação de um espaço verdadeiramente emancipado, livre das amarras da globalização neoliberal que instrumentaliza o passado sem, de



fato, ressignificá-lo. Noronha (2023), compreende a respeito da linha de pensamento de Vergès:

O programa de desordem absoluta instiga a luta pela dignidade e pela vida, já que nos mesmos lugares onde estão a pobreza e a exploração também são os que mais têm sentido as mudanças climáticas, as guerras e os efeitos da pandemia. Trata-se de um processo histórico, segundo Fanon, que não se faz percebido senão pelo movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo (Cortez Noronha, 2023).

Além disso, Vergès problematiza a cultura do roubo. Parafraseando a autora (2023, p. 29): “Os museus europeus são depósitos de ladrões, e a colonização foi uma oportunidade ímpar de cometer saques com total legitimidade. A universalidade do museu se originou no roubo”. Por isso, o pós-museu deveria ser uma entidade que valoriza a história local - a nível de cidade ou país - e não manter em exposição objetos que pertencem a linhas históricas alheias, com o objetivo de restituir não apenas objetos, mas cicatrizes deixadas pela colonização.

O pós-museu possui o potencial de ir além da função convencional de preservação e exposição, tornando-se um agente ativo na reparação histórica e na promoção da justiça social: reconhecer a colonialidade entranhada na instituição leva a necessidade de revisar as práticas trabalhistas e, principalmente, curatoriais praticadas na atualidade. Por isso, é fundamental que os museus sejam espaços que não apenas contem a história, mas que deem voz aos sujeitos que antes eram apenas representados por meio de uma ótica colonial. Essa mudança de visão exige uma curadoria participativa, em que as próprias comunidades tenham protagonismo na construção das exposições e na maneira como sua cultura é apresentada. Dessa forma, como citou Brulon (2015), na 9ª Conferência Geral do ICOM (Conselho Internacional de Museus), realizada em 1971 na França, o conceito de ecomuseu surge como uma possibilidade nesta realidade. Também denominado de museu comunitário, Hugues de Varine, presidente na ICOM naquele então, cunhou o termo em oposição ao museu universal:

O Ecomuseu é o instrumento preferido para o desenvolvimento da comunidade. Não visa o conhecimento e o desenvolvimento de uma herança, não é um simples auxiliar de qualquer sistema educacional ou informativo, não é um meio de progresso cultural e democratização para obras eternas do gênio humano. Por isso ele não pode se identificar com o museu tradicional e suas respectivas definições, que a ele não podem corresponder (Brulon, 2015).

Essa abordagem surge como um caminho para projetar a instituição museológica para o futuro, alinhando-a às demandas por relevância social. Em vez de limitar a ser um mero repositório de obras de arte e vestígios materiais da humanidade e do meio ambiente, encarou-se o museu como ativo na

sociedade, promovendo diálogos, reflexões e ações que impactem positivamente as comunidades que representa, registrando e valorizando práticas culturais, memórias coletivas e relações entre o homem e o meio ambiente. Como aponta Brulon (2015), Varine encarava o papel do ecomuseu sendo congregar a população em torno de um projeto, transformar os habitantes em atores e usuários de sua própria herança, desenvolver uma base de dados para a comunidade e, a partir dela, promover discussões, reuniões e iniciativas. Como aponta o autor, o museu deve ser tanto um meio quanto um fim.

No contexto brasileiro, onde a colonização deixou marcas profundas na identidade e no território, a aplicação de uma museologia decolonial é um desafio urgente. Os museus podem desempenhar um papel essencial na valorização das culturas indígenas, afro-brasileiras e populares, resgatando saberes ancestrais e reconhecendo as violências históricas impostas por séculos de exploração. No caso do Ecomuseu de Itaipu, essa discussão se torna ainda mais necessária, pois a instituição está vinculada a uma narrativa produzida pela própria Itaipu, cuja história se relaciona diretamente com processos de desterritorialização, apagamento e inferiorização dos povos Avá-Guarani. Assim, a leitura decolonial permite compreender que o problema não está apenas na ausência dessas memórias, mas também na permanência de um racismo sistêmico colonial que trata a presença indígena como passado, folclore ou vestígio, em vez de reconhecê-la como continuidade histórica e política (Almeida, 2019, p. 50). Dessa forma, o surgimento do Ecomuseu de Foz do Iguaçu/PR, sendo pioneiro no Brasil, surge como forma de “situar-se na perspectiva do estudo, da preservação e da valorização do meio ambiente assegurando o desenvolvimento da comunidade em sua dimensão sociocultural” (Camargo-Moro, 1986, p. 8).

Integrar a museologia crítica e a decolonialidade ao Ecomuseu de Itaipu não é apenas uma escolha teórica, mas uma necessidade para construir um espaço verdadeiramente representativo e democrático. Ao descentralizar narrativas e garantir que as vozes historicamente silenciadas sejam protagonistas, o museu pode se tornar um modelo de justiça cultural e preservação inclusiva. Essa transformação não se limita à exposição de objetos, mas envolve um compromisso ativo com a comunidade, a memória, a identidade e a reparação histórica das comunidades afetadas. Dessa forma, o Ecomuseu deixa de ser um simples guardião do passado e se torna um agente de mudança, promovendo reflexões críticas que ressoam no presente e moldam um futuro mais equitativo e consciente.

## 2.3 A ARQUITETURA INDÍGENA NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

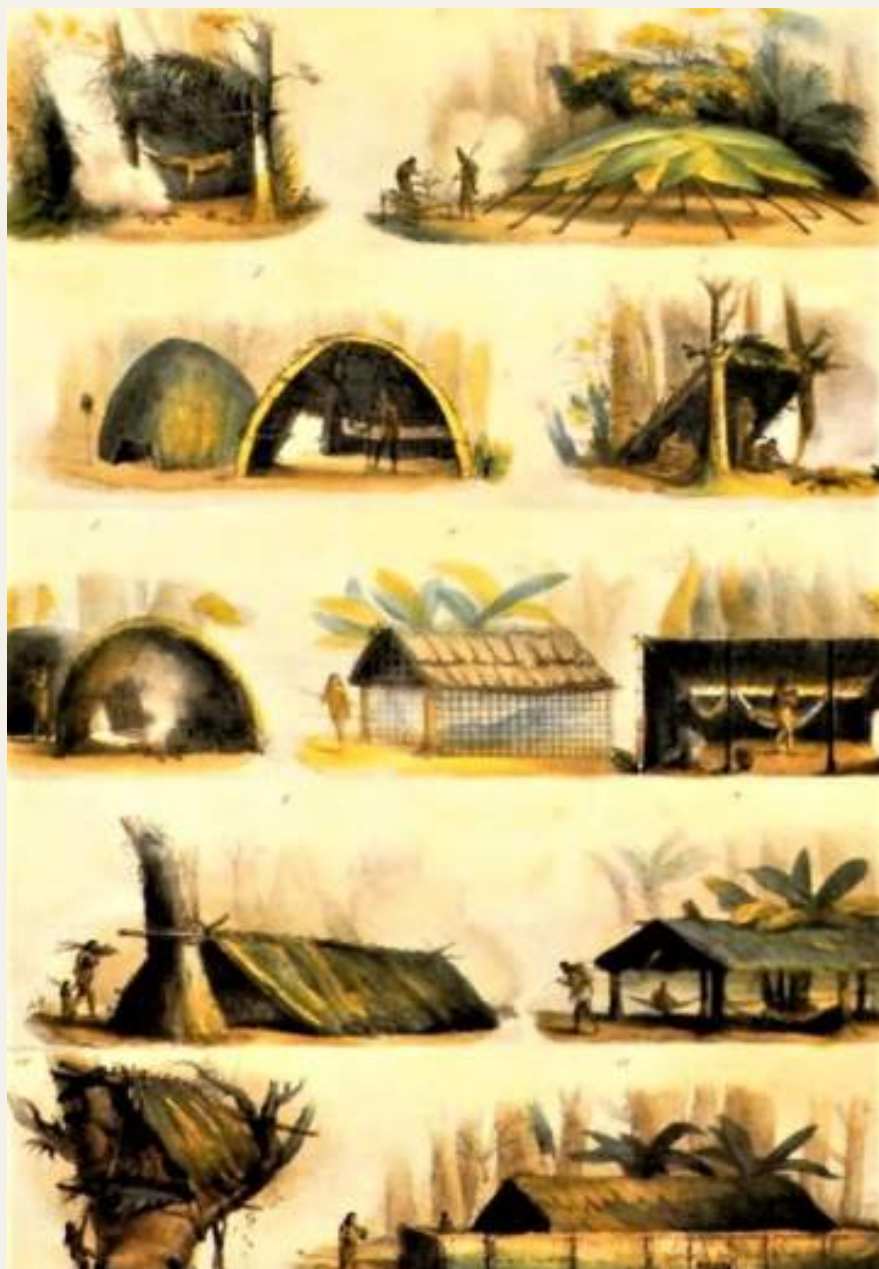
A ideia de patrimônio no ocidente está, muitas vezes, associada à preservação de elementos históricos fixos, como edifícios, monumentos e museus, tratando-os como testemunhos imutáveis do passado. Entretanto, o conceito de patrimônio imaterial resguarda a ideia de dinamicidade. Segundo Vianna (2016), esta dimensão do patrimônio refere-se às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – juntamente com os objetos e espaços materiais que lhes são associados – que as comunidades e grupos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Transmitido de geração em geração, o patrimônio imaterial é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.

Para muitas culturas indígenas e comunidades tradicionais, o patrimônio cultural não é estático, mas está em constante recriação e adaptação, conforme as necessidades e interações do grupo com seu território. Essa visão contrasta com a abordagem predominante nos museus tradicionais ocidentais – especialmente em países colonizadores. Para estes povos, a cultura não é um conjunto de ruínas a serem mantidas intocadas, mas sim um organismo vivo, em constante transformação. Suas práticas culturais, seus modos de habitar e suas relações com a paisagem não podem ser reduzidos a artefatos expostos em museus ou a edificações tombadas, pois sua representação isolada desconecta a cultura de seu território e de sua vivência cotidiana. As formas de vida e conhecimentos que deram origem ao patrimônio cultural imaterial possuem a necessidade de ter uma dinâmica ininterrupta, mantendo-se viva por meio da troca e da transformação.

Um exemplo dessa dinâmica é a arquitetura vernacular indígena, na qual as construções não são feitas para durar séculos, mas sim para serem reconstruídas conforme necessidade. Para esses povos, o ato de reconstruir não significa perda, mas um ciclo natural que mantém o conhecimento ativo. Esse princípio se opõe à ideia ocidental de patrimônio, onde a preservação muitas vezes significa transformar edifícios e objetos em relíquias intocáveis, dissociadas da vida cotidiana. Esse tipo de visão sobre o patrimônio encontra-se, em certo ponto, com a dinâmica de ecomuseus: espaços projetados para

serem habitados e ressignificados pelas próprias comunidades, funcionando não apenas como locais de exposição, mas como centros ativos de memória.

Figura 17: Abrigos indígenas oferecidos aos colonizadores portugueses.



Fonte: Voyage pittoresque et historique au Brésil, 2014

A dinâmica de um ecomuseu preserva a ideia de dinamicidade do território, encarando o espaço como um organismo vivo, mutável, que é integrado à população que nele habita. Diferente dos museus tradicionais, que cristalizam narrativas, o ecomuseu permite que a cultura seja experienciada, transformada e transmitida ativamente, garantindo sua continuidade. Ao passar por um impacto socioambiental, como dita a palavra, a sociedade e o espaço sofrem as consequências: na colonização latinoamericana, onde além da perseguição e supressão da cosmovisão indígena, houve um controle e exploração massiva dos bens do território. Na construção da Usina, não apenas a fauna, flora, dinâmica ambiental e meio ambiente sofreram impactos, mas a comunidade passou por mudanças irreversíveis em sua dinâmica citadina, incluindo as

comunidades originárias que ali habitavam, especialmente os Avá-Guarani que tiveram seus tekoha (territórios tradicionais) submersos sem qualquer respeito por sua relação espiritual e ancestral com a terra.

Desta forma, ao pensar nos impactos positivos que um ecomuseu poderia acarretar a uma comunidade, é igualmente fundamental pensar em um espaço que seja guiado por princípios ecológicos que respeitam os ciclos naturais sem perder sua relevância patrimonial, promovendo implicações positivas ao ambiente. Aqui, as técnicas construtivas indígenas oferecem modelos importantes: o uso de madeira renovável, barro, palha e pedras, além da adaptação das construções ao clima, assim como todo o manejo ambiental, garantem edificações que dialogam com a sustentabilidade. Na atual crise climática, o papel das comunidades indígenas no Brasil tem sido fundamental: segundo o Map Biomas (2021): “os territórios indígenas estão entre as principais barreiras contra o avanço do desmatamento no Brasil. Nos últimos 30 anos perderam apenas 1,2% de sua área de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas a perda foi de 19,9%”.

Sendo assim, os indígenas não apenas preservam o meio ambiente, mas também oferecem soluções concretas para a crise climática a partir de seus saberes tradicionais. Segundo Antônio Guterres (2024), secretário geral da ONU (Organização das Nações Unidas), os povos indígenas são guardiões de sistemas de conhecimento, inovações e práticas que foram transmitidas de geração em geração e permitiram que diferentes culturas e comunidades em muitas partes do mundo vivessem de forma sustentável. O manejo de recursos naturais sem esgotá-los, a regeneração de áreas degradadas e o conhecimento sobre espécies nativas são práticas que vêm sendo progressivamente reconhecidas como essenciais para o combate ao desmatamento, à degradação dos solos e às mudanças climáticas. Esse conhecimento, no entanto, continua sendo marginalizado e pouco incorporado às políticas ambientais e urbanísticas, o que reforça a necessidade de espaços que valorizem essas práticas.

Figura 18 e 19: Na Tekoha Oco'y-Jakutinga, tronco de árvore onde são extraídas lascas para a produção de chá medicinal para a cura de dor de garganta e plantação de hortaliças.



Fonte: Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), 2022.

Na atualidade, a arquitetura indígena não deve ser compreendida como um modelo único ou como uma reprodução fixa de formas tradicionais, mas como um conjunto diverso de práticas construtivas em constante adaptação. Suas configurações variam conforme o modo de vida de cada povo, o clima, o ambiente, os materiais disponíveis, a organização social e a relação estabelecida com o território. Assim, mais do que a aparência formal das construções, importam os princípios que orientam essas arquiteturas: uso de materiais locais, conforto térmico, construção coletiva, integração com a paisagem, respeito aos ciclos naturais e adequação às práticas culturais de cada comunidade (ISA, [s.d.]; CAU/BR, 2024).

A arquitetura tem um papel fundamental nesse processo, especialmente quando associada à preservação do patrimônio cultural imaterial. Os espaços construídos não são apenas suportes físicos para a cultura, mas também facilitadores do acesso a ela. A destruição de territórios indígenas ao longo da história do Brasil não apenas desestruturou modos de vida tradicionais, mas também apagou memórias, práticas e expressões culturais que dependiam desses espaços para continuar existindo. O desaparecimento indígena com a construção da Usina de Itaipu é um exemplo claro dessa desconexão forçada entre território e identidade. Quando um povo perde seu espaço ancestral, ele não perde apenas a terra, mas também sua relação com o passado e seu direito de projetar o futuro. Ainda segundo Guterres (2024), “hoje e todos os dias, o mundo deve apoiar os direitos dos Povos Indígenas a traçar seu próprio futuro”.

Dessa forma, a concepção de um ecomuseu que dialogue com os princípios das arquiteturas indígenas e com sua relação entre território, clima, materialidade e modo de vida pode representar um avanço significativo na forma como se pensa a preservação cultural. Mais do que um espaço de exposição de objetos e narrativas, ele deve ser estruturado como um local de vivência e interação, onde as práticas construtivas ancestrais sejam não apenas resgatadas, mas aplicadas de maneira ativa no presente. A adoção de materiais e técnicas vernaculares pode promover uma construção ecologicamente responsável, alinhada aos princípios de sustentabilidade praticados há séculos por essas comunidades. Um projeto com essa premissa teria um papel simbólico fundamental na reparação do apagamento histórico sofrido pelos povos indígenas da região. Portanto, um espaço arquitetonicamente pensado para reconectar essas populações com sua memória e seus modos de vida não apenas traria visibilidade a essas histórias, mas atuaria como uma ferramenta de resistência e reafirmação identitária. Mais do que recordar um passado perdido, o ecomuseu poderia servir como um ponto de fortalecimento e continuidade, garantindo que as gerações futuras não apenas conheçam essa história, mas a mantenham viva e em transformação.









# 03.

## ESTUDOS

# CORRELATOS

---

*Estude o passado se quiser definir o futuro.*  
Confúcio

Para aprofundar a análise sobre a aplicação da museologia crítica, da valorização do patrimônio cultural e da relação entre arquitetura, território e identidade, este trabalho apresenta o estudo de três museus que dialogam com esses princípios. Os casos selecionados são o Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul, Brasil; o Museo del Barro, em Assunção, Paraguai; e o Ecomuseu Ilha Grande, em Angra dos Reis, Brasil. Cada um desses exemplos apresenta características específicas que contribuem para a construção de diretrizes aplicáveis à proposta de requalificação do Ecomuseu de Itaipu.

O Museu Nacional do Mar destaca-se pela valorização da cultura local, dos saberes populares e da memória da comunidade ligada ao território marítimo, além de apresentar uma arquitetura inserida no contexto histórico de São Francisco do Sul. O Museo del Barro contribui na valorização da cultura indígena e popular latino-americana, tanto em suas exposições quanto na relação entre materialidade, arte e identidade cultural. Já o Ecomuseu Ilha Grande é analisado como referência de ecomuseu territorial, por articular patrimônio cultural, meio ambiente, memória social e vida sociocultural por meio de diferentes núcleos museológicos distribuídos no território.

A partir da análise desses três museus, busca-se compreender como diferentes abordagens arquitetônicas, museológicas e comunitárias podem subsidiar a formulação de diretrizes projetuais para o Ecomuseu de Itaipu.

A análise dos estudos de caso será realizada com base em uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando fontes bibliográficas, registros institucionais, desenhos técnicos, imagens, mapas, plantas e diagramas disponíveis sobre cada museu selecionado. Para estruturar a avaliação, foram definidos quatro critérios principais. O primeiro critério, Arquitetura e Técnicas Construtivas, examina a relação entre os edifícios e o contexto cultural e ambiental em que estão inseridos, assim como demais aspectos arquitetônicos. O segundo critério, Narrativa Museológica, avalia o discurso expositivo, identificando se há uma perspectiva crítica e decolonial na apresentação do acervo, bem como a forma como as histórias das comunidades representadas são contadas. O terceiro critério, Integração com a Comunidade, investiga o nível de participação dos habitantes locais na gestão, curadoria e atividades do museu, analisando se a instituição atua como um agente ativo na valorização da identidade cultural regional. Por fim, o quarto critério, Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental, examina as estratégias adotadas pelos museus para a conservação da memória e dos saberes tradicionais, além da relação entre cultura e meio ambiente. A aplicação desses critérios permitirá uma comparação detalhada entre os estudos de caso, fornecendo subsídios para a formulação de diretrizes projetuais e conceituais que possam ser aplicadas ao Ecomuseu de Itaipu.



# 3.1 MUSEU NACIONAL DO MAR – SÃO FRANCISCO DO SUL/BRASIL

O Museu Nacional do Mar, localizado em São Francisco do Sul (SC), é uma das mais importantes instituições do gênero na América Latina. Criado em 1992, seu acervo reúne aproximadamente 70 embarcações tradicionais brasileiras, além de miniaturas, instrumentos náuticos e representações da vida marítima. Localizado no Centro Histórico da cidade, o museu foi instalado em antigos armazéns portuários do início do século XX, de 2003 a 2006 o museu foi restaurado por meio do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura e IPHAN, visando não apenas a conservação do patrimônio naval, mas também o desenvolvimento socioeconômico da região, como é possível ver na sobreposição dos mapas a seguir:

Figura 20: Intervenções em São Francisco do Sul (SC)



Fonte: Bonduki, 2012.

Além da preservação material, o museu busca valorizar as práticas culturais das comunidades pesqueiras e a transmissão de saberes tradicionais. Sua relevância se estende para além da exposição de objetos, atuando como um espaço de memória e identidade cultural para os povos do litoral brasileiro. Esta análise foi realizada a partir do livro Museu do Mar da série Preservação e Desenvolvimento, uma coleção de registros das experiências desenvolvidas pelo Programa Monumenta.

### 3.1.1 Arquitetura e Técnicas Construtivas

O Museu Nacional do Mar está instalado em um antigo conjunto de armazéns portuários situados à beira da Baía da Babitonga, em São Francisco do Sul. O local, originalmente utilizado para armazenamento de cargas marítimas, foi restaurado e adaptado para sua nova função museológica. A intervenção preservou a identidade arquitetônica do edifício, respeitando sua estrutura de madeira, telhados cerâmicos e amplas aberturas que permitem iluminação e ventilação natural, conforme indicado nas figuras a seguir:

Figuras 21 e 22: Fotos externas da arquitetura do museu durante a intervenção



Figuras 23 e 24: Manutenção e reforma na estrutura do telhado do museu durante a intervenção



Fonte: Projeto Engenharia e Construções LTDA., 2006

A escolha de um edifício histórico para sediar o museu fortalece sua relação com a identidade portuária da cidade, criando uma continuidade entre o patrimônio edificado e o acervo exposto. No entanto, essa adaptação não foi acompanhada por uma ampliação da arquitetura para abarcar técnicas construtivas tradicionais das comunidades litorâneas e indígenas. A cultura marítima brasileira, especialmente no contexto das populações tradicionais, é fortemente marcada por construções vernaculares como palafitas e estaleiros artesanais, elementos que não foram incorporados à estrutura do museu.

### 3.1.2 Narrativa Museológica

O museu possui um acervo que se destaca pela riqueza e diversidade, como se vê nas imagens a seguir: miniaturas, instrumentos náuticos e registros históricos sobre a navegação no país. A exposição é organizada de forma didática, dividindo as embarcações por tipologias, usos e regiões de origem, proporcionando um panorama abrangente da cultura marítima brasileira. Porém, a narrativa museológica adotada pelo museu é predominantemente descritiva e técnica, priorizando aspectos formais das embarcações em detrimento de uma reflexão sobre a relação entre o mar e as dinâmicas sociais que moldaram essa cultura. Há uma ênfase na engenharia naval, nas características das embarcações e nas influências europeias na navegação brasileira, mas pouca atenção é dada às contribuições de povos indígenas, quilombolas e comunidades caiçaras na construção desse patrimônio.

Figuras 25, 26, 27 e 28: Fotos do acervo do Museu Nacional do Mar



Fonte: IPHAN e Monumenta, 2008.

Além disso, a exposição não problematiza os impactos da expansão marítima e da colonização sobre as populações originárias, nem as ameaças contemporâneas a essas práticas culturais, como a industrialização da pesca e o declínio da carpintaria naval tradicional. Com isso, o museu tende a reproduzir uma visão romantizada da navegação, pouco atenta aos conflitos e impactos impostos às comunidades costeiras.

### 3.1.3 Integração com a Comunidade

A instituição desenvolve algumas iniciativas de integração com a comunidade local, como o Liceu de Modelismo Naval, que capacita jovens na construção de miniaturas de embarcações tradicionais, promovendo a preservação dos saberes náuticos e a geração de renda.

Figuras 29, 30 e 31: Curso de Modelismo Naval



Fonte: IPHAN e Monumenta, 2008.

No entanto, a participação da comunidade pesqueira na curadoria e na gestão do museu é mínima, o que limita o envolvimento das populações que efetivamente mantêm viva a tradição marítima. A ausência de uma programação cultural contínua voltada para os moradores da cidade também restringe a percepção do museu como um espaço de pertencimento. Muitos museus tradicionais enfrentam esse problema, tornando-se locais frequentados majoritariamente por turistas e pesquisadores, sem estabelecer uma relação

orgânica com a população local. Seguindo o pensamento de Françoise Vergès (2023), as classes populares “frequentam pouco o museu, não só porque não se reconhecem nele, mas porque tudo nele é feito para que não se sintam bem vindos”. Para um museu voltado à cultura marítima, essa desconexão representa um obstáculo significativo, pois enfraquece sua função social enquanto espaço de memória ativa e transmissão de saberes intergeracionais.

### 3.1.4 Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental

A preservação do patrimônio naval material é garantido por meio da conservação de embarcações e objetos ligados à navegação tradicional. No entanto, há uma lacuna na preservação da cultura imaterial, que inclui práticas de pesca, cantos tradicionais, rituais marítimos e saberes transmitidos oralmente. O museu poderia desempenhar um papel mais ativo na conscientização ambiental, abordando a relação entre a cultura marítima e os desafios ecológicos contemporâneos. A degradação dos oceanos, a pesca predatória e as mudanças climáticas têm impactado diretamente as populações litorâneas, mas essas questões não são abordadas de forma significativa na narrativa museológica. Finalmente, a abordagem museológica ainda apresenta limitações no que diz respeito à representatividade cultural, à participação comunitária e à reflexão crítica sobre a cultura marítima.

Figura 32: Perspectiva do Museu do Mar



Fonte: Charles Amparo, 2023.

## 3.2 ECOMUSEU ILHA GRANDE – ANGRA DOS REIS/BRASIL

O Ecomuseu Ilha Grande está localizado em Vila Dois Rios, na Ilha Grande, município de Angra dos Reis/RJ, e constitui uma unidade vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ. O equipamento é voltado à preservação, pesquisa e divulgação do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da ilha, sendo organizado em quatro núcleos principais: Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Parque Botânico e Centro Multimídia. Diferentemente de museus estruturados em um único edifício, o Ecomuseu Ilha Grande funciona a partir de núcleos com funções distintas, distribuídos no território e integrados por uma mesma proposta institucional. Essa configuração permite compreender o ecomuseu como um sistema museológico ampliado, no qual edifícios, paisagem, acervos, exposições, ações educativas e registros digitais participam da construção da narrativa patrimonial.

### 3.2.1 Arquitetura e Técnicas Construtivas

O Ecomuseu Ilha Grande se destaca pelo aproveitamento de estruturas e espaços preexistentes associados à memória histórica da ilha. A análise arquitetônica do caso se apoia em uma adaptação de edificações e áreas vinculadas à formação territorial, ambiental e social de Vila Dois Rios. Essa característica é relevante porque evidencia uma estratégia de reuso e ressignificação do patrimônio construído, na qual o valor arquitetônico está na permanência de suas marcas históricas e na possibilidade de atribuir novos usos culturais a estruturas existentes. O Museu do Meio Ambiente, inaugurado em 2015, está instalado no único prédio remanescente da antiga Fazenda de Dois Rios, datada do final do século XIX. Essa decisão arquitetônica demonstra uma relação direta entre memória e permanência material, pois a edificação deixa de ser apenas vestígio histórico e passa a abrigar atividades educativas e expositivas relacionadas à preservação ambiental.

Figura 33 e 34: Edificação do Museu do Meio Ambiente



Fonte: Ecomuseu Ilha Grande, 2026.

Além das edificações, a arquitetura do ecomuseu também se manifesta por meio da organização dos espaços abertos. O Parque Botânico amplia a experiência museológica para a paisagem, transformando o ambiente natural em espaço de exposição, pesquisa e educação. Nesse caso, o percurso, os jardins, os canteiros temáticos e as ruínas incorporadas ao parque funcionam como elementos de leitura espacial. A arquitetura, portanto, não se restringe ao edifício fechado, mas se expande para o território, utilizando a vegetação, os vestígios construídos e os caminhos como parte da experiência do visitante.

Figura 35 e 36: Parque Botânico



Fonte: Ecomuseu Ilha Grande, 2026.

### 3.2.2 Narrativa Museológica

o Ecomuseu Ilha Grande apresenta uma abordagem baseada na relação entre memória social, patrimônio ambiental e história local. A instituição não organiza sua narrativa apenas a partir da exposição de objetos, mas por meio da articulação entre diferentes núcleos temáticos, cada um voltado a uma dimensão específica da ilha. O Museu do Cárcere aborda a memória do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, com ênfase nos complexos prisionais que existiram na Ilha Grande, enquanto o Museu do Meio Ambiente trabalha a preservação ambiental de forma lúdica e educativa. Já o Parque Botânico constrói uma narrativa a partir das espécies vegetais e de sua relação com diferentes períodos da ocupação humana, e o Centro Multimídia atua no registro e difusão de informações sobre patrimônio, história e cultura por meio das mídias digitais.

Essa estrutura demonstra uma narrativa museológica fragmentada em núcleos, mas integrada por um mesmo território. Em vez de apresentar a ilha a partir de uma única leitura histórica, o ecomuseu reúne camadas distintas de memória, envolvendo o passado carcerário, a biodiversidade, os saberes locais, os registros digitais e as práticas socioculturais. Essa escolha contribui para uma compreensão mais complexa do patrimônio, pois evidencia que a memória de um lugar não é formada por um único acontecimento, mas por diferentes processos históricos, ambientais e sociais.

### 3.2.3 Integração com a Comunidade

O Ecomuseu apresenta como princípio institucional a incorporação dos moradores no processo de conservação e desenvolvimento sustentável do território. Sua missão destaca a preservação, pesquisa, valorização e difusão da história, memória, cultura, identidade local e patrimônio natural, material e imaterial da Ilha Grande. Essa formulação indica que a comunidade é compreendida como parte essencial da construção e continuidade do patrimônio. Essa integração ocorre por meio de ações educativas, atividades culturais e iniciativas voltadas à valorização da história e dos saberes locais.

Além disso, diferentes núcleos do ecomuseu contribuem para essa aproximação com a população. O Museu do Cárcere desenvolve ações de educação patrimonial relacionadas à memória da ilha, enquanto o Museu do Meio Ambiente promove atividades voltadas à conscientização ambiental de moradores, jovens e crianças. Já o Centro Multimídia amplia o acesso às informações sobre a história e a cultura local por meio de recursos digitais, fortalecendo a difusão e o compartilhamento do patrimônio para públicos diversos.

Figura 37: Centro Multimídia do Ecomuseu. Figura 38: Parte do trajeto expositivo do Ecomuseu.



Fonte: Ecomuseu Ilha Grande, 2026.

### 3.2.4 Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental

O Ecomuseu atua na valorização da história local e na conservação dos recursos naturais da ilha. Essa preservação acontece por meio dos diferentes núcleos do ecomuseu, que trabalham temas relacionados à memória, ao meio ambiente, à educação e à divulgação do patrimônio: o Museu do Cárcere contribui para a preservação da memória ligada ao antigo sistema prisional da Ilha Grande, reunindo informações, pesquisas e exposições sobre esse período da história local, o Museu do Meio Ambiente e o Parque Botânico desenvolvem ações voltadas à conscientização ambiental e à valorização da biodiversidade da região, incluindo espécies nativas da ilha. Além disso, o Centro Multimídia auxilia na preservação e divulgação de informações por meio de registros digitais, imagens, vídeos e exposições virtuais. Dessa forma, o Ecomuseu Ilha Grande trabalha a preservação do patrimônio cultural e ambiental de maneira integrada, relacionando história, natureza e educação.

# 3.3 CENTRO DE ARTES VISUAIS

## MUSEU DO BARRO -

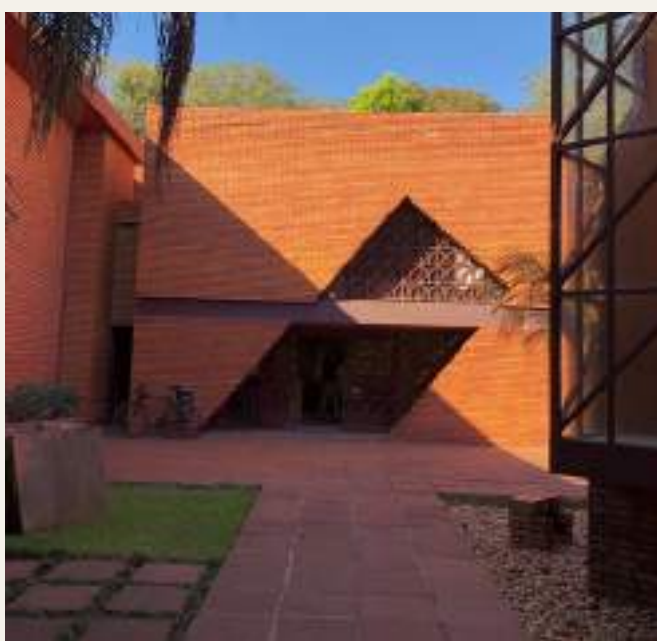
### ASSUNÇÃO/PARAGUAI

O *Museo del Barro*, localizado em Assunção, Paraguai, é uma instituição cultural que se destaca por sua abordagem crítica e inclusiva da arte latino-americana. Fundado na década de 1970 como um pequeno espaço de exposição, o museu cresceu ao longo dos anos, reunindo um acervo diversificado que inclui arte indígena, arte popular e arte contemporânea, promovendo um diálogo entre essas diferentes expressões. Sua proposta desafia o modelo museológico convencional ocidental, questionando as hierarquias culturais e dando visibilidade às narrativas historicamente marginalizadas. Além disso, a arquitetura do museu incorpora elementos vernaculares, como o uso do barro e da madeira, simbolizando a conexão entre território, identidade e cultura.

#### 3.3.1 Arquitetura e Técnicas Construtivas

O museu adota uma concepção arquitetônica que se distancia da monumentalidade característica dos museus tradicionais, sua estrutura valoriza a simplicidade e o uso de materiais vernaculares: barro, madeira e fibras naturais, elementos recorrentes na construção popular e indígena. Esses materiais, além de possuírem forte significado cultural, destacam a identidade do museu e seu compromisso com a preservação dos saberes tradicionais.

Figuras 39 e 40: Imagens da fachada principal do museu



Fonte: Octávio A., 2018 e Jaqueline B., 2015.

A escolha desses materiais não é apenas estética, mas também simbólica: o barro representa a relação entre a arte e a terra, reforçando a ideia de que a cultura é um elemento vivo e enraizado na paisagem paraguaia. Ao evitar estruturas imponentes e grandiosas, o museu se mantém acessível e acolhedor, diferindo da arquitetura excludente de muitos museus tradicionais. No entanto, há um paradoxo em sua concepção espacial. Embora valorize a arte indígena e popular, o Museo del Barro está localizado em um bairro urbano de classe média, distante dos territórios das comunidades que busca representar. Essa escolha gera um distanciamento físico entre o museu e os artistas indígenas, tornando a acessibilidade uma questão importante a ser discutida.

### 3.3.2 Narrativa Museológica

O acervo é uma das maiores forças do museu, reunindo arte indígena, arte popular e arte contemporânea em um mesmo espaço. Essa justaposição desafia a hierarquia convencional da arte, onde as expressões populares e indígenas costumam ser vistas como artesanato ou etnografia, enquanto a arte contemporânea é tratada como forma legítima de produção cultural. No Museo del Barro, essa separação é desconstruída, promovendo um olhar mais inclusivo e descentralizado sobre a criação artística. No entanto, apesar dessa abordagem inovadora, o museu ainda opera dentro de um modelo curatorial tradicional, onde a organização das exposições e a escolha das peças são feitas majoritariamente por especialistas externos. Embora a arte indígena seja amplamente valorizada no espaço expositivo, as próprias comunidades indígenas têm pouco controle sobre como sua cultura é apresentada ao público. Isso levanta um questionamento central: pode um museu ser realmente decolonial se ainda mantém o poder curatorial fora das mãos dos povos que representa?

Figura 41 e 42: Acervo do museu



Fonte: Olívia S., 2013, 2019, Fátima S., 2019.

Figura 43 e 44: Acervo do museu



Fonte: Museu del Barro, 2015.

### 3.3.3 Integração com a Comunidade

O museu posiciona-se como um espaço de resistência política e cultural, promovendo discussões sobre colonialismo, identidade e desigualdade social no Paraguai. Ele não se limita a expor objetos, mas busca ativamente questionar a narrativa dominante e dar voz às expressões artísticas historicamente marginalizadas. A instituição também mantém uma relação ativa com a comunidade local, promovendo eventos, oficinas e debates que incentivam o envolvimento do público. Seu impacto, no entanto, poderia ser ampliado se houvesse uma descentralização de suas atividades, levando exposições e projetos culturais para além da centralidade de Assunção. A arte indígena e popular que o museu valoriza está localizada em comunidades mais distantes da capital, e muitas dessas populações têm pouco ou nenhum acesso às exposições do museu.

### 3.3.4 Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental

A instituição prioriza a preservação da arte e da cultura popular, funcionando como um espaço de valorização das expressões e tradicionais do Paraguai. No entanto, sua atuação poderia ir além da preservação simbólica e se expandir para iniciativas concretas que protejam os territórios e modos de vida das populações que representa. Muitas das comunidades indígenas cujas obras estão expostas no museu vivem em áreas ameaçadas por desmatamento, expansão agropecuária e perda de território, problemas que afetam diretamente sua capacidade de continuar produzindo arte e mantendo suas práticas culturais. Embora o museu aborde essas questões em algumas exposições, poderia desempenhar um papel mais ativo na luta pela preservação ambiental, conectando a proteção do patrimônio cultural com a defesa dos ecossistemas onde essas populações vivem. Além disso, a conservação do acervo do museu também representa um desafio. Por conter muitas peças feitas de materiais orgânicos, como barro, madeira e fibras naturais, é necessário um cuidado especial para evitar degradação ao longo do tempo.

Figura 45: Acervo do museu



Fonte: Rodrigo D. 2018.







# 04.

# ESTUDOS

# ESPACIAIS

---

*Toda terra, urbana ou rural, selvagem ou tóxica, carrega uma história profunda. A terra nos precede e sobreviverá a nós. Ela guarda eras em mistérios complexos e sobrepostos. A terra está cheia. Ela não tem fim de histórias para nos contar, se formos pacientes o suficiente para escutar.*

Thomas L. Woltz

Esta seção apresenta análises de aspectos territoriais e urbanos da área de intervenção, compreendendo sua relação com o entorno e os desafios existentes, como a falta de infraestrutura cultural, questões socioeconômicas e mobilidade urbana. Em seguida, será feito um estudo aprofundado do terreno, avaliando sua implantação, as condições ambientais e os elementos que influenciam no desenvolvimento do projeto.

Com base nesses levantamentos, será desenvolvido um conceito arquitetônico fundamentado na valorização da cultura indígena e na sustentabilidade, estabelecendo diretrizes espaciais para sua requalificação. O programa de necessidades e a organização funcional dos espaços serão apresentados, considerando tanto as demandas do território quanto a proposta museológica. Por fim, este capítulo delinea as bases para o desenvolvimento do projeto, estabelecendo parâmetros projetuais, estratégias ambientais e soluções espaciais que orientarão a concepção do anteprojeto.



# 4.1 ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Foz do Iguaçu, localizada no extremo oeste do estado do Paraná, é reconhecida mundialmente por seu turismo voltado às Cataratas do Iguaçu, à Usina Hidrelétrica de Itaipu, dentre outros atrativos. No entanto, além do seu papel estratégico no setor energético e turístico, a cidade abriga uma população diversa, marcada por fortes desigualdades socioeconômicas e uma fragmentação urbana que influencia diretamente o acesso a equipamentos culturais e espaços públicos de qualidade. Dentre as regiões que refletem esse cenário estão os bairros Cidade Nova e Vila C, adjuntos à atual localidade do Ecomuseu. Estas são áreas de ocupação consolidada que, historicamente, se desenvolveram a partir das transformações territoriais geradas pela construção da Usina de Itaipu.

O bairro Cidade Nova é resultado de processos de expansão urbana e reassentamento forçado. Em função do déficit habitacional, as comunidades de três ocupações de Foz do Iguaçu/PR (à saber, Favela do Bambu, Favela Monsenhor Guilherme e Favela da Marinha) foram realocadas ao então novo loteamento Cidade Nova, em 1998. A mescla de comunidades causou conflitos de interesses e, conseqüentemente, uma onda de violência. Sendo assim, o efeito dominó que as decisões governamentais causaram foi que o bairro ganhou a fama de perigoso, causando desinteresse de migração pela população, originando um déficit no investimento da infraestrutura, deixando desamparada a comunidade que já estava implantada e resultando em um projeto frustrado. A população teve que, desacompanhada de apoio cidadão, recriar-se a si mesma e ao bairro, principalmente no que tange a esportes, lazer e cultura gratuita, objeto de interesse deste trabalho: Segundo o Diagnóstico Social Participativo – Bairro Cidade Nova, realizado pela Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2019), há campos de futebol improvisados em terrenos baldios, ainda que uma quadra comunitária na Escola Estadual Ipê Roxo, inaugurada em 2002 (Machado e Silva, 2016). Há uma academia da terceira idade implantada a céu aberto e, o ponto mais relevante, a Biblioteca Comunitária, que foi inaugurada em 2011 e concentra as atividades de lazer e cultura no bairro. Entretanto, o espaço é pequeno e não possui uma infraestrutura ao ar livre.

A Vila C, inicialmente concebida na década de 1970 para abrigar trabalhadores da usina, foi o maior dos três conjuntos habitacionais criados na época, tendo em vista a necessidade de um maior número de barrageiros. De acordo com Aranha (2016), as residências eram simples e multifamiliares: “Isso significava, na prática, uma casa com paredes de alvenaria, com o telhado de zinco e forro de isopor dividindo 4 residências, com um quintal comunitário. Como a Vila C era provisória, suas casas foram feitas da forma mais barata possível, sem nada

que pudesse ser considerado um “luxo” pela lógica da Itaipu”. Entretanto, segundo Geraldo (2022): “Como a construção de Itaipu contribuiu para que a população de Foz do Iguaçu quadruplicasse em 10 anos, os problemas habitacionais eram latentes e, na metade da década de 1980 já se anunciava que a Vila C não seria mais demolida. As casas começaram a ser vendidas em 1992, com preferência para os moradores, trabalhadores ou ex-trabalhadores da Itaipu e das empreiteiras”. Sendo assim, como toda a infraestrutura do bairro era feita para que não durasse, espaços de lazer e cultura eram escassos, o que pode ser visto até hoje em dia. O bairro conta com cerca de cinco pontos de lazer gratuitos, com recreação infantil, quadras de esporte e praças com mobiliário urbano adequado. Ainda, nos bairros adjacentes ao atual ecomuseu, sendo estes bairro Porto Belo, Jardim Florença, Jardim São Roque, Jardim Universitário I, Loteamento Budel e Jardim Califórnia, não há espaços públicos de lazer e cultura.

Diante desse cenário, a escolha da área de intervenção para a requalificação do Ecomuseu de Itaipu se justifica pela necessidade de um equipamento cultural que dialogue com as demandas da comunidade, valorize a memória e a identidade local e proporcione um espaço acessível para educação, cultura e preservação ambiental. O projeto busca, portanto, responder a essas lacunas, promovendo um ambiente que fortaleça o vínculo entre território, patrimônio e comunidade.

Figura 46: Raio de abrangência de análise de área de estudo



Escala 1:25 000. Fonte: Google Maps, 2024. Adaptado pela autora, 2025.

## 4.2 ANÁLISE DA ÁREA

A análise cartográfica da área de intervenção é essencial para compreender as potencialidades e desafios do local estudado para a proposta. Os mapas apresentados permitem avaliar aspectos urbanísticos, ambientais e infraestruturais, auxiliando no embasamento da proposta arquitetônica. A seguir, cada mapa será analisado de acordo com suas especificidades, destacando as relações entre o território, o projeto e as necessidades da comunidade.

Figura 47: Mapa de zoneamento



Escala 1: 17.500. Fonte: Google Maps, 2024. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2017 e Lei Complementar N° 276, de 6 de novembro de 2017. Adaptado pela autora, 2025.

### LEGENDA

— Traçado dos lotes

■ Zona funcional da Itaipu Binacional

■ Zona de Preservação Permanente (ZPP)

■ Zona Especial de Proteção (ZEP)

■ Zona Residencial 2 (ZR2)

■ Zona Residencial 3 (ZR3)

■ Zona Residencial 4 (ZR4)

■ Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS1)

■ Zona de Expansão Urbana 1 (ZEU1)

■ Zona Mista 4 (ZM4)

■ Ecomuseu de Itaipu

O mapa de zoneamento permite entender a regulamentação do uso do solo na área do Ecomuseu e seu entorno. Identifica-se uma mistura de zonas residenciais e institucionais, o que reforça a necessidade de um equipamento cultural que promova integração social. As restrições de uso também devem ser levadas em conta na definição dos espaços externos e na interação com o entorno imediato.

Figura 48: Mapa de uso do solo



Escala 1:17 500. Fonte: Google Maps, 2024. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2017 e Lei Complementar N° 276, de 6 de novembro de 2017. Adaptado pela autora, 2025.

#### LEGENDA

— Traçado dos lotes	■ Uso de serviço	■ Uso misto
■ Terrenos/imóveis do poder público	■ Uso residencial	■ Ecomuseu de Itaipu
■ Uso comercial	■ Áreas verdes/ociosas	

A distribuição do uso do solo na região revela um predomínio de áreas residenciais, conforme previsto no zoneamento. Essa característica reforça o potencial do centro cultural como um equipamento de uso cotidiano, capaz de atender não apenas visitantes ocasionais, mas principalmente a comunidade residente em seu entorno. Dessa forma, a requalificação pode funcionar como um catalisador de transformações urbanas, contribuindo para a revitalização da região e para a criação de novas dinâmicas de permanência, pertencimento e participação comunitária.

O entorno da área de intervenção também é marcado pela presença de grandes áreas verdes e ociosas associadas à infraestrutura da Itaipu Binacional, especialmente às faixas destinadas aos linhões de transmissão de energia e a área do Ecomuseu em si. Embora essas áreas estejam vinculadas a condicionantes técnicas e de segurança, sua dimensão evidencia uma forte descontinuidade urbana, pois ocupam extensões significativas do território que poderiam, em outras circunstâncias, abrigar usos mais ativos, como moradia, lazer ou equipamentos públicos. Essa fragmentação contribui para a baixa integração entre os bairros e reforça a percepção de vazio urbano no entorno do Ecomuseu. Nesse contexto, a proposta do centro cultural ganha relevância ao buscar qualificar essa paisagem interrompida, criando um ponto de articulação entre infraestrutura, território e comunidade, sem ignorar as marcas deixadas pela presença da usina na organização espacial da cidade.

Figura 49: Mapa de sistema viário e sistema de transporte coletivo



Escala 1:17 500. Fonte: Google Maps, 2024, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2017 e Lei Complementar N° 338, de 14 de dezembro de 2020. Adaptado pela autora, 2025.

#### LEGENDA

- Traçado dos lotes
- Via Especial
- Via Coletora
- Via local
- Ecomuseu de Itaipu

A estrutura viária do entorno é composta majoritariamente por vias locais, coerentes com o zoneamento e com a predominância do uso residencial na região. Essa configuração indica um tecido urbano voltado principalmente aos deslocamentos cotidianos dos moradores, com menor intensidade de fluxos de passagem e maior relação com a escala de bairro. Nesse contexto, destaca-se a relevância da área de intervenção estar conectada à Avenida Tancredo Neves, classificada como via especial e responsável por articular importantes fluxos urbanos e institucionais vinculados à Itaipu Binacional. Essa condição favorece a visibilidade e o acesso ao futuro centro cultural, permitindo que o equipamento dialogue tanto com a dinâmica local dos bairros residenciais quanto com uma via de maior hierarquia, ampliando seu potencial de alcance, uso público e integração urbana.

O sistema viário do entorno apresenta uma estrutura relativamente bem servida, com vias que permitem o acesso à área de intervenção e garantem sua conexão com o restante da cidade. No entanto, observa-se que essa malha ainda poderia ser melhor qualificada, especialmente quanto à continuidade dos percursos, à clareza dos acessos e à hierarquia entre as vias. A presença de vias locais atende à dinâmica residencial da região, enquanto os eixos de maior importância possibilitam conexões mais amplas. Ainda assim, a organização viária poderia favorecer de forma mais eficiente os deslocamentos, tornando o acesso ao equipamento mais legível, fluido e integrado à estrutura urbana existente.

Diante das análises realizadas, observa-se que a área de intervenção apresenta características relevantes para a implantação do centro cultural, especialmente por sua inserção em um entorno predominantemente residencial, pela presença de áreas verdes e vazios urbanos e pela conexão com eixos viários relevantes. Ao mesmo tempo, a região evidencia desafios relacionados à descontinuidade urbana, à baixa apropriação de determinados espaços e à necessidade de maior qualificação dos acessos e percursos. Dessa forma, o estudo da área reforça o potencial do projeto como elemento articulador entre território, memória e comunidade, capaz de transformar uma região marcada pela infraestrutura da Itaipu em um espaço mais ativo, acessível e integrado à vida urbana.



## 4.3 ESTUDO DO TERRENO

A análise detalhada do terreno onde será implantada a proposta de intervenção é fundamental para compreender suas características físicas e ambientais. Aspectos como topografia, vegetação, incidência solar, ventilação predominante e infraestrutura existente impactam diretamente as decisões projetuais. Os mapas a seguir fornecem uma base técnica para a concepção de um projeto sustentável e integrado ao território.

À saber, segundo a Lei Complementar 311/2019, que dispõe sobre o Zoneamento e Uso e Ocupação do solo, a área na qual está implantado o atual Ecomuseu é de propriedade da Itaipu Binacional, possuindo uma vasta área vegetada. No ano de 2024, uma extensão foi desmatada na porção posterior para dar espaço a novas instalações do Polo Astronômico, sugerindo que uma parcela considerável da área já foi compreendida como passível de intervenção, supressão vegetal e uso construtivo. Entretanto, a intervenção propõe conter-se em uma área igualitária ou similar a já utilizada pelo Ecomuseu, visando uma proposta justa e viável.

Figura 50: Mapa da Zona Funcional da Itaipu Binacional



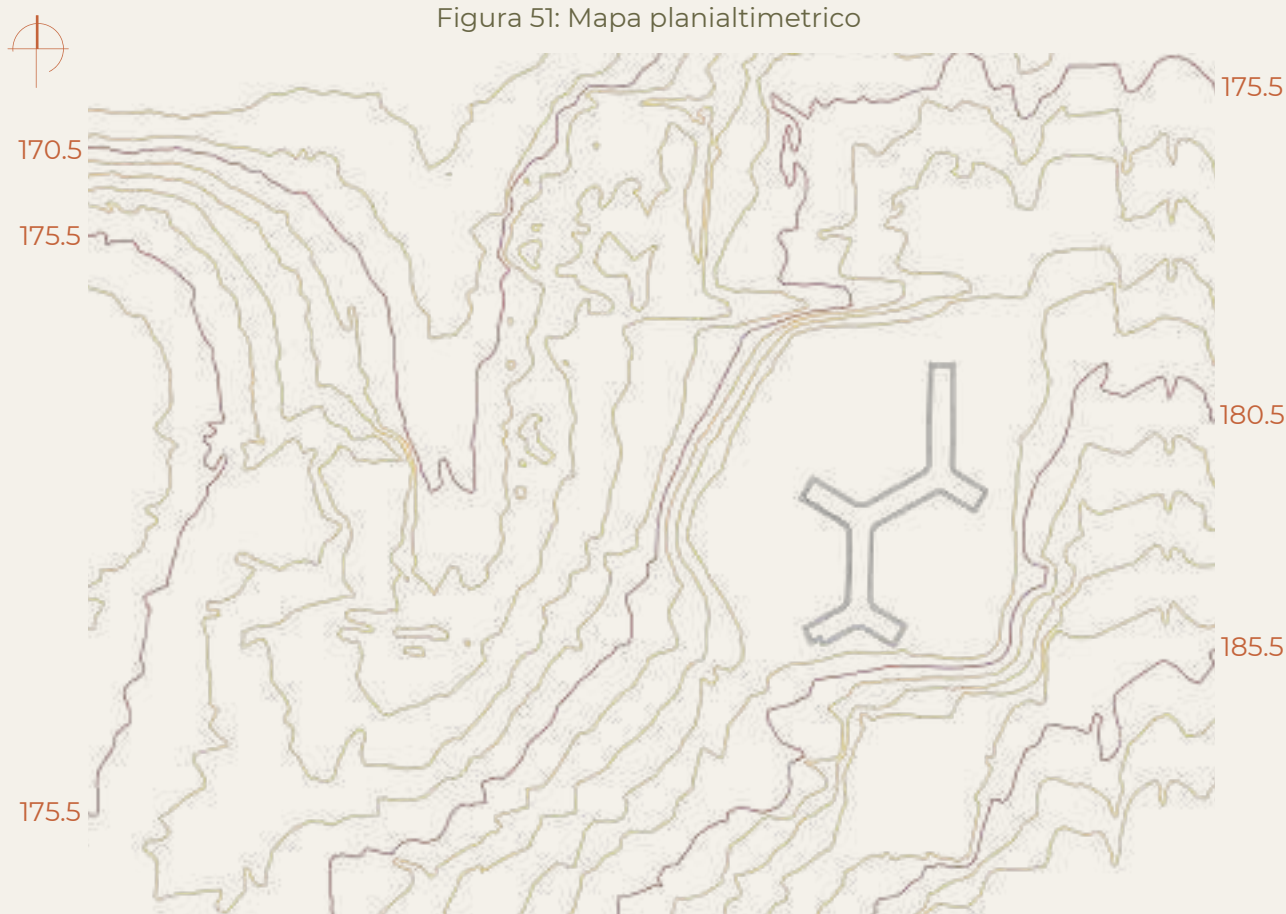
Escala 1: 25 000. Fonte: Google Maps, 2024. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2017 e Lei Complementar N° 276, de 6 de novembro de 2017. Adaptado pela autora, 2026.

### LEGENDA

■ Zona Funcional da Itaipu Binacional - ZFI (LC311)

■ Ecomuseu de Itaipu

Figura 51: Mapa planialtimétrico



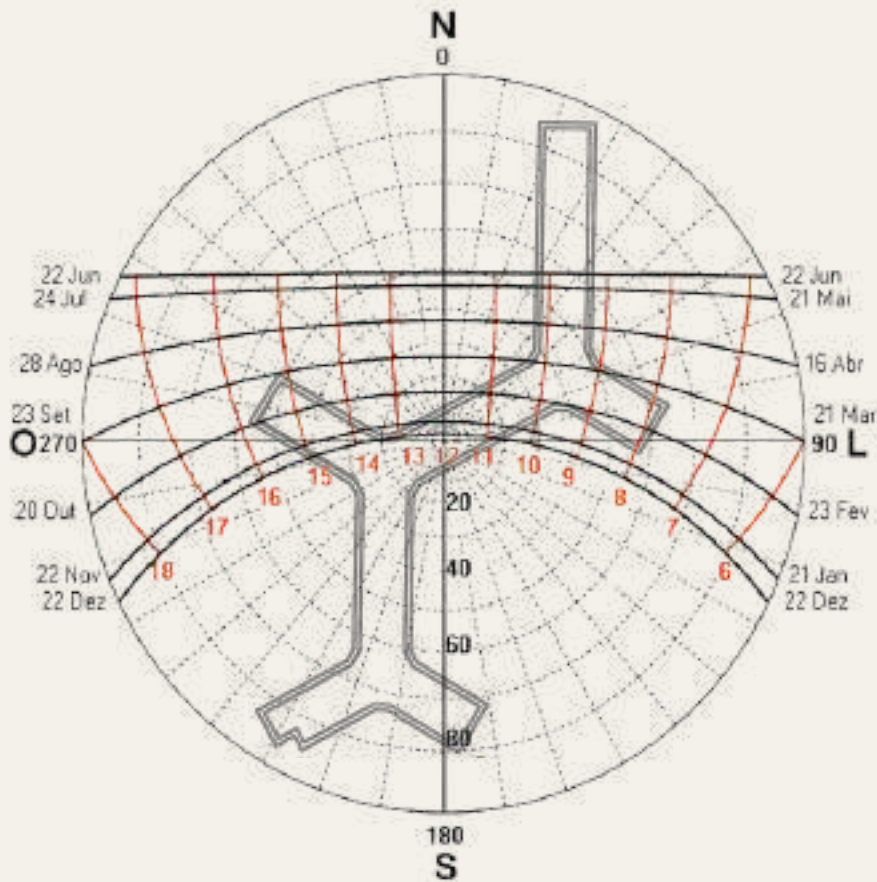
Escala 1:3 000. Fonte: Google Maps, 2024. Ecomuseu de Itaipu, 2024. Adaptado pela autora, 2026.

#### LEGENDA

— Curvas mestras (5m)      — Curvas auxiliares (1m)      — Edificação existente

O mapa planialtimétrico indica que, embora o terreno apresente variações relevantes de nível em seu entorno, a área já edificada encontra-se previamente aplainada para receber a implantação existente do Ecomuseu. Essa condição demonstra que parte do terreno já passou por intervenções de adequação topográfica, o que favorece a permanência e requalificação da edificação atual. Entretanto, as curvas de nível mais próximas ao redor da área construída revelam trechos de maior declividade, exigindo atenção na implantação de novos volumes, percursos acessíveis, drenagem e integração paisagística. Assim, a topografia representa simultaneamente uma condicionante técnica e uma potencialidade projetual, permitindo explorar relações entre diferentes cotas, visuais e percursos externos.

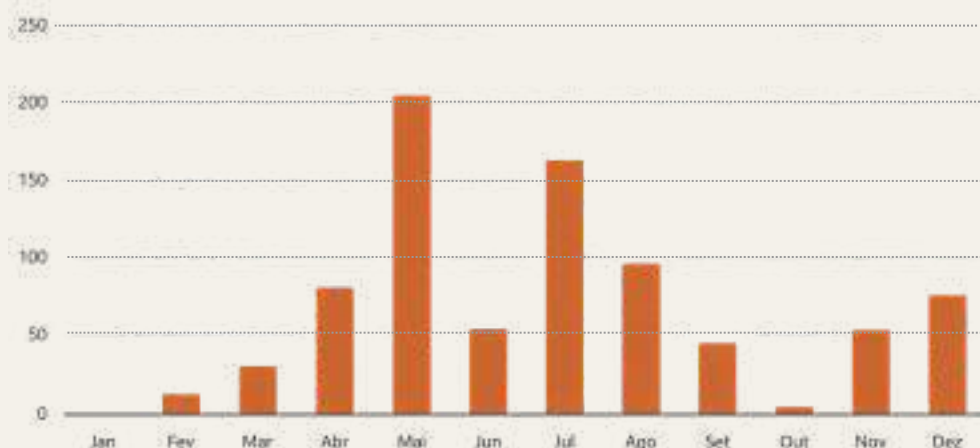
Figura 52: Carta solar e sua aplicação à edificação existente



Fonte: Ecomuseu de Itaipu, 2024. Adaptado pela autora via Sol-ar, 2026.

Em uma análise bioclimática, a carta solar evidencia que, na latitude analisada, a trajetória aparente do sol ocorre predominantemente ao norte da área, tornando essa orientação relevante para o aproveitamento da iluminação natural, desde que associada a estratégias de sombreamento. A orientação oeste apresenta maior criticidade térmica, devido à incidência solar no período da tarde, exigindo maior controle. Já a orientação leste apresenta insolação mais amena, enquanto a face sul tende a receber menor incidência direta. Assim, levando em consideração or estar inserida em uma área aberta e pouco sombreada, a intervenção demanda o reforço da arborização como estratégia de conforto ambiental, sombreamento e integração paisagística.

Gráfico 01: Gráfico de chuvas

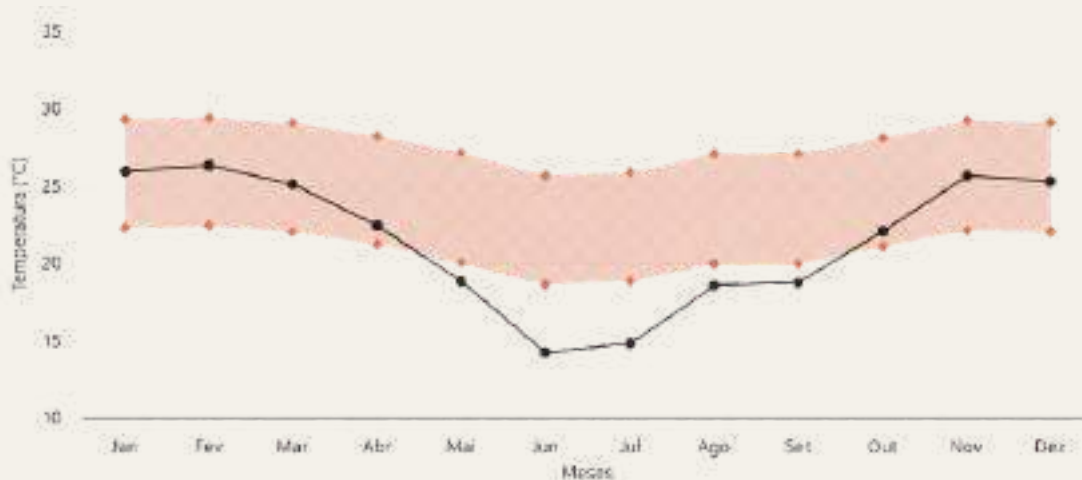


**LEGENDA**

■ Prec. de chuva mensal (mm)

A análise dos parâmetros climáticos indica que a região apresenta variações térmicas significativas ao longo do ano, com temperaturas médias mais elevadas entre novembro e março e queda mais acentuada nos meses de junho e julho. Observa-se que, em parte do ano, a temperatura média permanece abaixo da zona de conforto, especialmente no inverno, enquanto nos meses mais quentes aproxima-se ou ultrapassa os limites superiores de conforto, reforçando a necessidade de estratégias passivas adaptáveis às diferentes estações. Já o gráfico de precipitação demonstra maior concentração de chuvas nos meses de maio e julho, com volumes expressivos também em abril, agosto e dezembro, enquanto janeiro e outubro apresentam índices reduzidos. Dessa forma, o projeto deve considerar soluções de sombreamento, ventilação natural, proteção contra chuvas, percursos cobertos e áreas externas qualificadas, garantindo conforto ambiental e permanência dos usuários ao longo do ano.

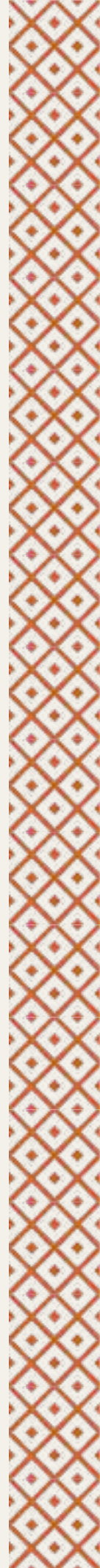
Gráfico 01: Gráfico de temperatura e zona de conforto



**LEGENDA**

● Temp. média mensal (°C) ■ Temp. média mensal Max e Mín (°C) ◆ Zona de conforto (°C)

Fonte: ProjetEEE via dados do INMET, 2016. Adaptado pela autora, 2026.



## 4.4 CONCEITO E DIRETRIZES

A proposta do equipamento cultural busca fortalecer a relação entre o Ecomuseu de Itaipu, a memória das populações impactadas pela usina e o território em que está inserido. Inspirado nas cosmovisões indígenas, a proposta parte da compreensão de que o museu deve ir além da exposição tradicional, criando espaços que favoreçam a reflexão crítica, a permanência, o aprendizado e a valorização das memórias historicamente pouco evidenciadas pelo próprio equipamento.. Para atingir esse conceito e transformá-lo em realidade, o partido arquitetônico será guiado pelos seguintes princípios:

- Materiais naturais e técnicas de baixo impacto: A escolha de materiais priorizará insumos locais e renováveis, como madeira certificada, taipa, fibras vegetais e pedra, promovendo uma arquitetura de baixo impacto ambiental, com melhor desempenho térmico, integração com a paisagem e aproximação com técnicas construtivas ligadas à terra e ao fazer manual.
- Museu fora da edificação: Diferente da concepção tradicional de museu fechado, o espaço expositivo será disperso e integrado ao território, promovendo percursos, áreas externas de exposição, pátios, espaços de permanência e atividades ao ar livre. Essa estratégia amplia a experiência do visitante, aproxima o museu da paisagem e considera as características climáticas da cidade, especialmente a necessidade de sombreamento, ventilação e conforto nos espaços abertos.
- Infraestrutura para a comunidade: O equipamento cultural será mais do que um espaço expositivo, funcionando como um centro de convivência e aprendizado. Para isso, contará com áreas de uso comunitário, como espaços educativos, quadras esportivas e mobiliário urbano, permitindo que a população local se aproprie do espaço e utilize o conjunto para atividades culturais, educativas e de permanência cotidiana.
- Arquitetura como ferramenta da ativação da memória: O projeto será pensado para dar maior visibilidade às memórias indígenas e às populações atingidas pela construção da barragem, por meio de espaços expositivos, percursos de memória, áreas de encontro e ambientes educativos.
- Valorização das estruturas de relevância histórica: A manutenção de parte das edificações existentes será adotada apenas nos prédios que apresentam relevância histórica para a leitura do conjunto, especialmente

aqueles vinculados ao antigo complexo da UNICON e ao processo de construção da barragem. As construções posteriores, sem valor histórico ou sem contribuição significativa para o conceito do projeto, poderão ser removidas ou substituídas, permitindo uma reorganização mais coerente dos espaços. Dessa forma, a intervenção não busca preservar todo o conjunto existente de maneira indiscriminada, mas selecionar os elementos capazes de contribuir para a memória do lugar e adaptá-los a novos usos.

A proposta, portanto, não busca tratar a cultura indígena como um registro estático do passado, mas reconhecê-la como presença ativa e fundamental para a leitura do território. Ao ampliar o museu para além da edificação, o projeto propõe uma experiência cultural aberta e participativa, capaz de fortalecer o vínculo entre a comunidade, os povos originários e a história local. Dessa forma, o centro cultural passa a atuar como instrumento de pertencimento, reparação simbólica e valorização das identidades historicamente silenciadas.



# 4.5 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

De acordo com o conceito proposto, esboçou-se uma tabela com um programa de necessidades básico para o ecomuseu, levando em consideração toda a visão política da questão e a cosmovisão indígena, assim como sua forma de viver, habitar e conviver.

Tabela 02: Programa de necessidades e pré-dimensionamento

	AMBIENTE	FUNÇÃO PROPOSTA	m2 APROX.
INFRAESTRUTURA & SERVIÇOS	Recepção	Área de acolhimento e distribuição de informações aos visitantes.	30
	Sala admin.	Escritório da administração geral.	20
	Copas funcionários	Espaço dedicado à realização de lanches, cafés e demais refeições fora do período de trabalho.	15
	Cafeteria	Área dedicada a venda de insumos alimentícios para os visitantes.	30
	Banheiros	Instalações sanitárias femininas e masculinas que atendam às normas da NBR 9050/2015.	A definir
MUSEU INTERNO	Espaços de exposição permanente	Mostra fixa sobre a história dos Avá-Guarani, os impactos da construção da usina, preservação cultural e outros assuntos pertinentes.	100
	Espaços de exposição temporária	Área flexível para exposições sazonais, arte indígena contemporânea, colaborações culturais e outros assuntos pertinentes.	A definir
	Memorial	Espaço dedicado especialmente a tudo que faz parte da cultura que já foi perdido e violentado ao longo da história.	100
MUSEU EXTERNO	Espaços de exposição interativos	Espaços que oferecem uma experiência imersiva para os visitantes através da prática de atividades propostas.	A definir
	Espaços de exposição estáticos	Exibição de objetos, arte e narrativas visuais em espaços integrados à paisagem natural.	A definir

	AMBIENTE	FUNÇÃO PROPOSTA	m2 APROX.
ES PA ÇOS  CO MU NI TÁ RI OS	Praça	Espaço aberto e gratuito aberto a toda a comunidade dotado de mobiliário urbano adequado.	A definir
	Quadras e estruturas de esporte	Áreas para recreação da comunidade.	A definir
	Biblioteca latino americana	Espaço dedicado à ao trabalho de autores e autoras latino americanos, contendo mobiliário adequado para permanências demoradas.	80
	Biblioteca infantil	Ala dedicada às atividades infantojuvenis.	100
	Cozinha	Local para oficinas de culinária tradicional e produção coletiva de alimentos.	50
	Espaços de vivência	Áreas multifuncionais com característica de salas de aula e/ou ateliês para debates, encontros, oficinas e eventos culturais.	30

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

## 4.6 MATERIALIDADE E TÉCNICAS

A materialidade da proposta de intervenção foi pensada como parte essencial da abordagem decolonial, considerando a relação entre território, memória, clima, impacto ambiental e crítica à monumentalidade da infraestrutura da barragem. Diferente das lógicas institucionais modernas, que priorizam a permanência física, o monumentalismo e a rigidez construtiva, a proposta busca adotar materiais e técnicas que permitam maior integração com o meio, menor impacto construtivo e aproximação com processos ligados à terra, à paisagem e ao fazer manual. Nesse sentido, a proposta busca estabelecer um diálogo entre a permanência da edificação existente e a inserção de novas materialidades: a estrutura primordial do antigo prédio da UNICON será mantida, reconhecendo seu valor histórico enquanto testemunho físico da construção da Usina de Itaipu, ao mesmo tempo em que será ressignificada por meio da intervenção arquitetônica. A proposta material para o ecomuseu parte, portanto, da integração com o meio ambiente, da sustentabilidade e da utilização de técnicas ancestrais e alternativas, que vão além da eficiência construtiva e carregam significados culturais, simbólicos e pedagógicos. Os materiais selecionados buscam dialogar com o clima local, a ecologia do terreno e a memória coletiva, promovendo uma relação mais sensível entre arquitetura, território e história.



# 05.

# CONCLUSÕES

---

*“Se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral.”*

Ailton Krenak

Conclui-se que a requalificação do Ecomuseu de Itaipu ultrapassa a simples reformulação de um edifício existente, configurando-se como uma proposta de ressignificação histórica, territorial e cultural. Ao transformar o antigo equipamento em um centro cultural de caráter museológico, o projeto propõe uma nova forma de relação entre arquitetura, memória e comunidade, deslocando as narrativas indígenas da condição de apagamento para uma presença ativa, visível e cotidiana no espaço urbano. Mais do que ampliar a representatividade do museu, a intervenção busca tensionar a memória institucional construída em torno da Itaipu, reconhecendo os conflitos, violências e processos de desterritorialização que marcaram a formação da usina. A manutenção da estrutura primordial do antigo prédio da UNICON reconhece as marcas materiais do processo de construção da Usina de Itaipu, enquanto a inserção de novas materialidades, percursos, espaços expositivos abertos e áreas comunitárias busca tensionar criticamente esse passado, sem apagá-lo ou neutralizá-lo. Dessa forma, a intervenção assume a arquitetura como ferramenta de reparação simbólica, educação e pertencimento, capaz de transformar um espaço institucional em lugar de encontro, denúncia, escuta e continuidade cultural. O projeto reafirma que preservar a memória não significa apenas conservar objetos ou registros históricos, mas criar condições para que histórias silenciadas sejam narradas, vividas e reinterpretadas pelas gerações presentes e futuras. Nesse sentido, o futuro proposto para o Ecomuseu é também um retorno às vozes, aos territórios e aos saberes ancestrais que resistem ao apagamento, compreendendo o museu não apenas como edifício, mas como experiência territorial, crítica e educativa.



# 5.1 REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Adriana Repelevicz. **Interpretação do mundo e projetos de futuro dos Ava-Guarani de Oco'y.** In: Espaço Ameríndio, , Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 146-169, jul./dez. 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/38104589\\_INTERPRETACAO\\_DO\\_MUNDO\\_E\\_PROJETOS\\_DE\\_FUTURO\\_DOS\\_AVA-GUARANI\\_DE\\_OCO'Y/fulltext/02a5c9fa0cf27c817396c32f/INTERPRETACAO-DO-MUNDO-E-PROJETOS-DE-FUTURO-DOS-AVA-GUARANI-DE-OCOY.pdf](https://www.researchgate.net/publication/38104589_INTERPRETACAO_DO_MUNDO_E_PROJETOS_DE_FUTURO_DOS_AVA-GUARANI_DE_OCO'Y/fulltext/02a5c9fa0cf27c817396c32f/INTERPRETACAO-DO-MUNDO-E-PROJETOS-DE-FUTURO-DOS-AVA-GUARANI-DE-OCOY.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025

ALCÂNTARA, GUSTAVO *et al.* **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais.** Brasília: ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União, 2019. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/ava-guarani-a-construcao-de-itaipu-e-os-direitos-territoriais>. Acesso em: 4 dez. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

ANGELOU, Maya. **On the pulse of morning.** New York: Random House, 1993.

AUSCHWITZ-BIRKENAU MEMORIAL AND MUSEUM. **Memorial and Museum Auschwitz-Birkenau:** former German Nazi concentration and extermination camp. Oświęcim: Auschwitz-Birkenau Memorial and Museum, [s.d.]. Disponível em: <https://www.auschwitz.org/en/>. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRANT DE CARVALHO, Maria Lúcia. Laudo antropológico. 2ª Parte. **O processo de desterramento da população indígena Avá-Guarani da região do Oco'y-Jacutinga e o reassentamento na Terra Indígena do Oco'y:** aspectos antropológicos e jurídicos. Ref.: Comunidade Indígena Avá-Guarani. Terra Indígena Oco'y. Município de São Miguel do Iguçu. Estado do Paraná. Brasil. São Paulo: AERBAURU/SP/FUNAI/MJ, 2005. 174 p

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Conheça a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade.** Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/56-conheca-a-lei-que-criou-a-comissao-nacional-da-verdade.html>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. IPHAN/Programa Monumenta. **Museu do Mar:** São Francisco do Sul. Brasília: 2008. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Museu\\_do\\_mar.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Museu_do_mar.pdf). Acesso em: 08 fev. 2025.

BRULON, Bruno. **A invenção do ecomuseu:** O caso do Ècomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 267-295, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/?lang=pt>. Acesso em: 04 fev. 2025.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **As ondas do pensamento museológico: balanço da produção brasileira.** In: Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas. Orbi ULiège, 2008. Cap. 1. Disponível em: <https://orbi.uliege.be/bitstream/2268/299931/1/2008-%20As%20Ondas%20do%20Pensamento%20Museol%C3%B3gico%20balan%C3%A7o%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20brasileira.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

CAMARGO-MORO, Fernanda de Almeida. **Ecomuseu de Itaipu:** Plano Diretor. Fundação Mudes: 1986, 93 p.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. Encontro Avá-Guarani fortalece variedades tradicionais contra a monocultura da soja. 4 ago. 2023. Disponível em: site do Centro de Trabalho Indigenista. Acesso em: 14 jun. 2026.

CHMYZ, Igor. **Relatório técnico sobre arqueologia e a etno-história da área do Parque Nacional do Iguaçu**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1999. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/299283129\\_RELATORIO\\_TECNICO\\_SOBRE\\_A\\_ARQUEOLOGIA\\_E\\_A\\_ETNO-HISTORIA\\_DA\\_AREA\\_DO\\_PARQUE\\_NACIONAL\\_DO\\_IGUACU](https://www.researchgate.net/publication/299283129_RELATORIO_TECNICO_SOBRE_A_ARQUEOLOGIA_E_A_ETNO-HISTORIA_DA_AREA_DO_PARQUE_NACIONAL_DO_IGUACU). Acesso em: 15 jan. 2025.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Tempo da Fatura X Tempo da Fome**. Cadernos CIMI-Sul, 1991. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/02/aco-3555-guarani-itaipu-pgr.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COLAÇO, Thais Luzia. **O direito Guarani pré-colonial e as missões jesuíticas**: a questão da incapacidade indígena e da tutela religiosa. 1998. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

COMISSÃO YVYRUPÁ. **Guairá e Terra Roxa**: relatório sobre violações de direitos humanos contra os Ava Guarani do oeste do Paraná. Yvyrupá e CTI, 2017. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/guaira-e-terra-roxa-relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-contra-os-ava>. Acesso em: 23 dez. 2024.

CONFÚCIO. **Os analectos**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Arquitetura indígena**: o que podemos aprender com a arquitetura dos povos originários? Brasília: CAU/BR, 2024. Disponível em: <https://caubr.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CONTEMPORARY AND AMÉRICA LATINA. **Museo del Barro, Paraguai**. Disponível em: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/museo-del-barro-paraguay/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

DALLAGNOL, André. **Palavras alagadas e o direito à fala e à escuta**: uma reflexão sobre os impactos da usina hidrelétrica de Itaipu, o acesso à justiça e o racismo contra os Avá-Guarani no oeste do Paraná. 2020. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.mespt.unb.br/images/Documentos/Dissertacoes/AndreDallagnol.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

DOS SANTOS, JULIA. **Entre o impacto socioambiental e a museologia social**: A proposta de implantação do Ecomuseu de Itaipu. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - Licenciatura) - Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/bbad48bd-65d3-4b88-a5de-6eb700b128d4/content>. Acesso em: 3 dez. 2024.

DRUCIAKI, Vinicius. **A Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguay-Argentina**: Transformações territoriais e dramas no lugar. La electricidad y la transformación de la vida urbana y social, Évora, p. 88-104, maio de 2019. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/Electricidad-y-transformacion-de-la-vida-urbana/ViniciusDruciaki.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.

ECOMUSEU ILHA GRANDE. **Ecomuseu Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ecomuseuilhagrande.uerj.br/index.html>. Acesso em: 14 jun. 2026.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2. ed. São Paulo: Zahar, 2022, 376 p.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

G1. **MPF divulga estudo que revela violações de direitos de índios Guarani na construção de Itaipu**. G1 - Política, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/25/mpf-divulga-estudo-que-revela-violacoes-de-direitos-de-indios-guarani-na-construcao-de-itaipu.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2024.

GERALDO, Endrica. **Vila C de Itaipu – Foz do Iguaçu, PR**. Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho, 2022. Disponível em: <https://lehmt.org/lmt105-vila-c-de-itaipu-foz-do-iguacu-pr-endrica-geraldo>. Acesso em: 28 fev. 2025.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Furnas Centrais Elétricas S.A. **Diagnóstico social participativo do bairro Cidade Nova – Foz do Iguaçu – PR**. Foz do Iguaçu: 2019. Disponível em: [https://ibase.br/wp-content/uploads/2021/10/Diagnostico-Foz-do-Iguacu\\_2019.pdf](https://ibase.br/wp-content/uploads/2021/10/Diagnostico-Foz-do-Iguacu_2019.pdf). Acesso em: 03 mar. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Acesso em: 09 dez. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Casas**. Povos Indígenas no Brasil Mirim. [s.d.].

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Indígenas apontam caminhos para enfrentar emergência climática no ATL 2024**. 25 abr. 2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/indigenas-apontam-caminhos-para-enfrentar-emergencia-climatica-no-atl-2024>. Acesso em: 02 mar. 2025.

INSTITUTO YGLOTA. **1º Relatório Yglota de Nacionalidades e Etnias da Região Trinacional do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: CODEFOZ – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://www.codefoz.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Relat%C3%B3rio-de-Nacionalidades-e-Etnias-da-Regi%C3%A3o-Trinacional.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. **40 anos**: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/40-anos-itaipu-transforma-foz-em-um-dos-maiores-municipios-do-parana>. Acesso em: 1 dez. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. **Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente**. Foz do Iguaçu: [s.n.], 1975.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MACHADO E SILVA, Regina Coeli. **Do Ipê Roxo na Cidade Nova**: experiência etnográfica e aprendizagem situada. Revista Etnográfica, Portugal, vol. 20, p. 119 - 142. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.4225>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/4225>. Acesso em: 03 mar. 2025/

MAPBIOMAS. **Terras indígenas contribuem para a preservação das florestas.** 19 abr. 2022. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2022/04/19/terras-indigenas-contribuem-para-a-preservacao-das-florestas/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MATIELLO, Catiane. Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. 2011. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 49, ago. 2011. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao49/materia05/texto05.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MELIÀ, Bartomeu et al. Guaraní Retã. **Los pueblos guaraníes en las fronteras Argentina, Brasil y Paraguay.** Asunción: UNaM, 2008.

MUCHIUTI, Renato Aranha. **Cidade Nova:** as transformações espaciais e sociais na cidade de Foz do Iguaçu. In: Encontro Nacional de História Oral, 2016, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: [https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462156181\\_ARQ\\_UIVO\\_ARANHARenatoMuchiuti.pdf](https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462156181_ARQ_UIVO_ARANHARenatoMuchiuti.pdf). Acesso em: 01 mar. 2025.

MUSEO DEL BARRO. **Página oficial.** Disponível em: <https://www.museodelbarro.org/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Em Dia Internacional, ONU destaca papel do conhecimento indígena para conter crise climática.** ONU News, ago. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/08/1835886>. Acesso em: 25 fev. 2025.

NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação humana na região Sul do Brasil:** arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 44, p. 218-269, 1999. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/29849..> Acesso em: 10 jan. 2025.

NORONHA, Ana Carolina Cortez. **Decolonizar o museu** – Programa de desordem absoluta, de Françoise Vergès. Le Monde Diplomatique Brasil, 30 out. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/decolonizar-o-museu-francoise-verges-resenha/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

PROJETEEE. **Foz do Iguaçu/PR.** (s/d). Disponível em: <http://www.mme.gov.br/projeteee/dados-climaticos/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PROJETE ENGENHARIA. **Museu do Mar.** 2006. Disponível em: <https://projete.eng.br/obra/museu-do-mar/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

ROCHA, Elaine Pereira. **Ava-Guarani... Presente!** Xanxerê: Cimi-Sul, 1991. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/69011>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** GEOgraphia, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

TAVARES, Paulo. **Atlas do Desterro:** Oco'y-Jakutinga. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.advocacia.autonoma.xyz/copia-memoria-da-terra>. Acesso em: 27 mar. 2025.

THE BRITISH MUSEUM. **Explore the collection.** Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

TRIPADVISOR. **Museus em Foz do Iguaçu, Paraná.** TRIPADVISOR, Foz do Iguaçu, 2024. Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g303444-Activities-c49-Foz\\_do\\_Iguacu\\_State\\_of\\_Parana.html](https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g303444-Activities-c49-Foz_do_Iguacu_State_of_Parana.html). Acesso em: 3 dez. 2024.

VALENÇA, Viviane; ROZENTINO, Gelsom. **Ecomuseu Ilha Grande:** musealização e construção coletiva. Cadernos de Sociomuseologia: Educação e Participação em Museus, Lisboa, v. 59, n. 15, p. 77-102, junho de 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/7107>. Acesso em: 1 dez. 2024.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro:** o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu:** Programa de desordem absoluta. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023, 272 p.

VIANNA, Letícia C. R. **Patrimônio Imaterial.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>. Acesso em: 20 fev. 2025.

WOLTZ, Thomas L. **The land is full.** Nelson Byrd Woltz Landscape Architects, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://nbwla.com/news/the-land-is-full-essay-by-thomas-woltz>. Acesso em: 14 jun. 2026.

## TCC II

O Trabalho de Conclusão de Curso II dará continuidade às reflexões desenvolvidas na etapa anterior, avançando da fundamentação teórica e das diretrizes conceituais para a elaboração do anteprojeto arquitetônico. A partir da análise crítica do Ecomuseu de Itaipu, dos estudos correlatos e do levantamento da área de intervenção, esta etapa busca consolidar a proposta de requalificação do equipamento em um centro cultural de caráter museológico. O desenvolvimento projetual será orientado pela valorização da memória indígena, pela integração com o território e pela criação de espaços de convivência, educação e participação comunitária, articulando arquitetura, paisagem e narrativa museológica em uma proposta coerente com os princípios decoloniais que fundamentam o trabalho.

O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Milton Santos



# MEMÓRIA GUARANI E PATRIMÔNIO VIVO

## PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO ECOMUSEU DE ITAIPU EM UM CENTRO CULTURAL DE CARÁTER MUSEOLÓGICO EM FOZ DO IGUAÇU/PR

### RESUMO

Este trabalho propõe a requalificação arquitetônica do Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu/PR, transformando-o em um centro cultural de caráter museológico voltado à crítica ao apagamento histórico produzido pela narrativa institucional da Itaipu Binacional. A pesquisa analisa as limitações arquitetônicas, museológicas e narrativas do equipamento existente, especialmente quanto à representação dos povos Avá-Guarani e das populações impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Para isso, adota uma abordagem teórico-prática, fundamentada na museologia crítica, na decolonialidade, no patrimônio imaterial e nas relações entre arquitetura, memória e território. A metodologia articula revisão bibliográfica, análise documental, levantamento histórico-territorial, estudos correlatos e análise da área de intervenção. Como resultado, desenvolve um anteprojeto arquitetônico que integra espaços expositivos, educativos, comunitários e percursos externos voltados à memória Guarani, à denúncia dos apagamentos históricos e à relação entre arquitetura, paisagem e território.

### TEMA

Foz do Iguaçu é reconhecida por sua riqueza natural e diversidade cultural, mas seu território também carrega marcas profundas de apagamento, deslocamento e disputa. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, embora associada ao desenvolvimento e à monumentalidade técnica, provocou rupturas territoriais significativas, especialmente para comunidades camponesas e para os povos Avá-Guarani, historicamente invisibilizados nos processos oficiais de memória.

Nesse cenário, o Ecomuseu de Itaipu deixa de ser compreendido apenas como espaço de preservação patrimonial e passa a ser tensionado como território de narrativa: um lugar onde a história institucional pode ser revista, ampliada e confrontada. Este trabalho propõe a requalificação do Ecomuseu por meio de um centro cultural de caráter museológico, no qual arquitetura, paisagem e memória atuam como instrumentos de escuta, reparação simbólica e fortalecimento do pertencimento. A proposta busca transformar o museu em um espaço vivo de educação, convivência e disputa de narrativas, reconhecendo as ausências que atravessam o território e apontando caminhos para uma construção futura mais participativa.



### PROBLEMA

O problema deste trabalho parte da distância entre o potencial crítico do Ecomuseu de Itaipu e a forma como sua narrativa museológica e arquitetônica se apresenta atualmente. Inserido em um território marcado pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o museu ainda evidencia de maneira limitada os conflitos, deslocamentos e violências sofridas pelas populações atingidas, especialmente pelos povos Avá-Guarani. Sua abordagem expositiva tende a privilegiar a memória institucional da barragem como símbolo de desenvolvimento técnico e energético, enquanto as rupturas territoriais, sociais e culturais permanecem pouco aprofundadas.

Essa fragilidade também se expressa na arquitetura: o edifício, antigo Centro Admissional da UNICON, carrega em sua própria materialidade a memória da construção da usina, mas ainda não atua plenamente como elemento de leitura crítica do território. Assim, a problemática central está em compreender como a arquitetura pode ultrapassar a função de suporte expositivo e contribuir para revelar apagamentos, tensionar narrativas oficiais e construir um espaço de memória, denúncia e reparação simbólica.

### JUSTIFICATIVA

A justificativa deste trabalho parte da importância do Ecomuseu de Itaipu como principal espaço histórico-memorial de Foz do Iguaçu e de sua condição contraditória: um museu de memória vinculado à instituição responsável por profundas transformações territoriais na região. Diante dos apagamentos relacionados aos povos Avá-Guarani e às populações impactadas pela construção da barragem, propõe-se sua requalificação como centro cultural de caráter museológico. A partir de uma abordagem decolonial, a arquitetura passa a atuar como instrumento de escuta, denúncia e reparação simbólica, articulando edifício, paisagem e território como dispositivos de memória viva.

### ANÁLISE DE ENTORNO

A área de intervenção apresenta potencial para a implantação do centro cultural por estar inserida em um entorno residencial, próxima a áreas verdes, vazios urbanos e eixos viários importantes. Apesar dos desafios de descontinuidade urbana e baixa apropriação de alguns espaços, o projeto surge como elemento articulador entre território, memória e comunidade, qualificando os acessos e fortalecendo a integração com a vida urbana.

### ZONEAMENTO



**LEGENDA**

— Traçado dos lotes

Zona funcional da Itaipu Binacional	Zona Residencial 4 (ZR4)
Zona de Preservação Permanente (ZPP)	Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS1)
Zona Especial de Proteção (ZEP)	Zona de Expansão Urbana 1 (ZEU1)
Zona Residencial 2 (ZR2)	Zona Mista 4 (ZM4)
Zona Residencial 3 (ZR3)	Ecomuseu de Itaipu

Escala 1: 12 500

### USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



**LEGENDA**

— Traçado dos lotes

Terrenos/imóveis do poder público	Uso de serviço
Uso comercial	Uso residencial
Uso misto	Áreas verdes/ociosas
	Ecomuseu de Itaipu

Escala 1: 12 500

### SISTEMA VIÁRIO



**LEGENDA**

— Traçado dos lotes

Via Especial	Via Coletora	Via local	Ecomuseu de Itaipu
--------------	--------------	-----------	--------------------

Escala 1: 12 500

### OBJETIVO

Tem-se como objetivo deste trabalho elaborar uma crítica ao padrão museológico, patrimonial e arquitetônico presente no Ecomuseu de Itaipu, assim como propor a requalificação arquitetônica e museológica do Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu - Paraná, a partir de uma abordagem decolonial e crítica, compreendendo-o como um ecomuseu de reparação simbólica. Busca-se evidenciar os processos de desterritorialização indígena e transformar o equipamento em um centro cultural de caráter museológico voltado à memória viva, à educação crítica e à relação entre arquitetura, território e presença indígena.

### ESTUDOS CORRELATOS

#### MUSEU NACIONAL DO MAR — SÃO FRANCISCO DO SUL/SC



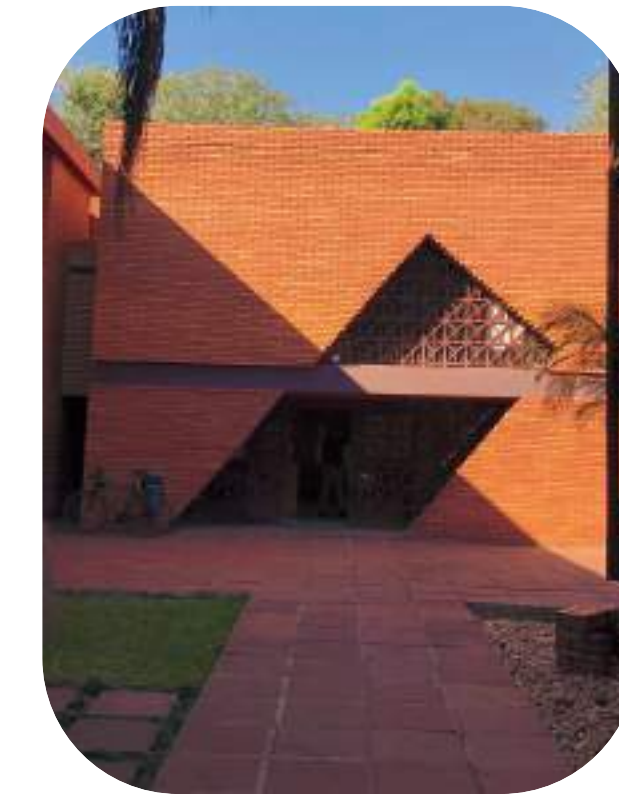
O estudo contribui pela adaptação de antigos armazéns portuários em espaço museológico, reforçando a relação entre patrimônio edificado, memória e identidade local. Sua análise evidencia a potência do reuso arquitetônico, mas também aponta limites de uma narrativa expositiva ainda muito técnica e pouco crítica.

#### ECOMUSEU ILHA GRANDE — ANGRA DOS REIS/RJ



O caso destaca-se pela compreensão do museu como sistema territorial, formado por núcleos distintos, percursos, paisagem e espaços educativos. Contribui para o projeto ao demonstrar como a experiência museológica pode ultrapassar o edifício e se expandir para o território.

#### MUSEO DEL BARRO — ASSUNÇÃO/PARAGUAI



O museu reúne arte indígena, popular e contemporânea, questionando hierarquias culturais tradicionais. Sua materialidade em barro, madeira e fibras naturais contribui como referência simbólica para uma arquitetura ligada à terra, à identidade e à valorização de narrativas social e historicamente marginalizadas.

### DIRETRIZES



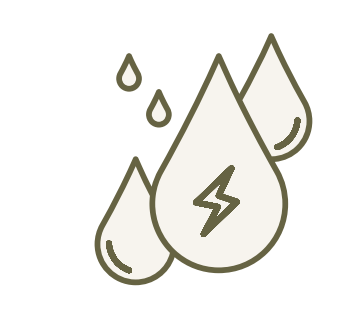
Uso de materiais como madeira, taipa, fibras vegetais e pedra, aproximando a arquitetura da terra, do fazer manual e da paisagem, além de favorecer conforto térmico e menor impacto ambiental.



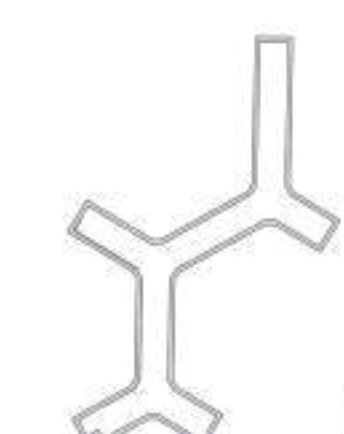
A experiência museológica se expande para o território por meio de percursos, pátios, áreas externas de exposição, espaços sombreados e atividades ao ar livre, criando uma relação mais direta entre visitante, paisagem e memória.



O equipamento cultural assume também a função de espaço de convivência e aprendizado, incorporando áreas educativas, quadras, mobiliário urbano e espaços de permanência cotidiana.



Os espaços expositivos, percursos e áreas de encontro são pensados como instrumentos de visibilidade às memórias indígenas e às populações atingidas pela construção da barragem.



A intervenção preserva e adapta as edificações de relevância histórica, especialmente aquelas ligadas ao antigo complexo da UNICON, enquanto construções sem contribuição significativa ao conceito podem ser removidas ou substituídas.

### MATERIALIDADE

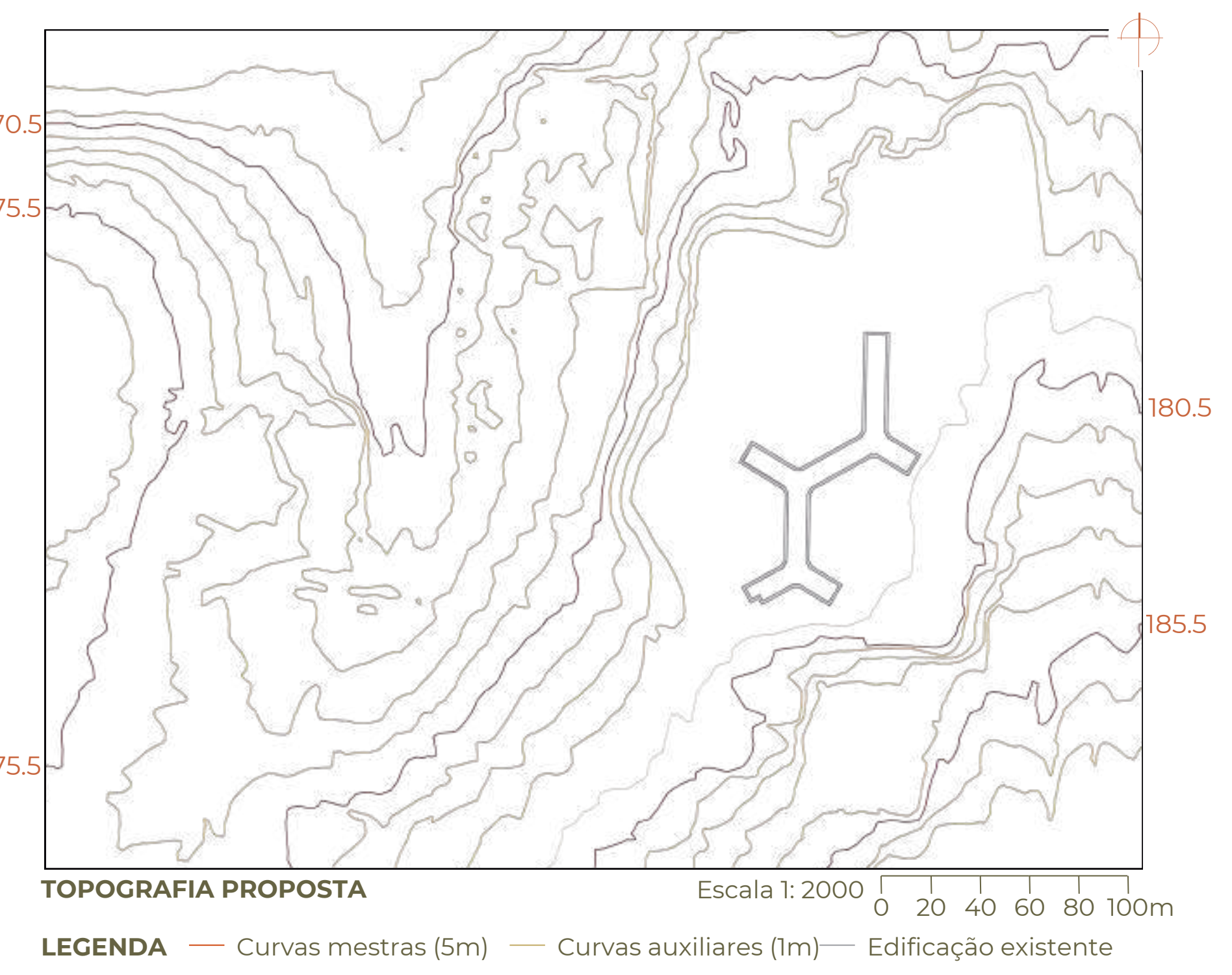
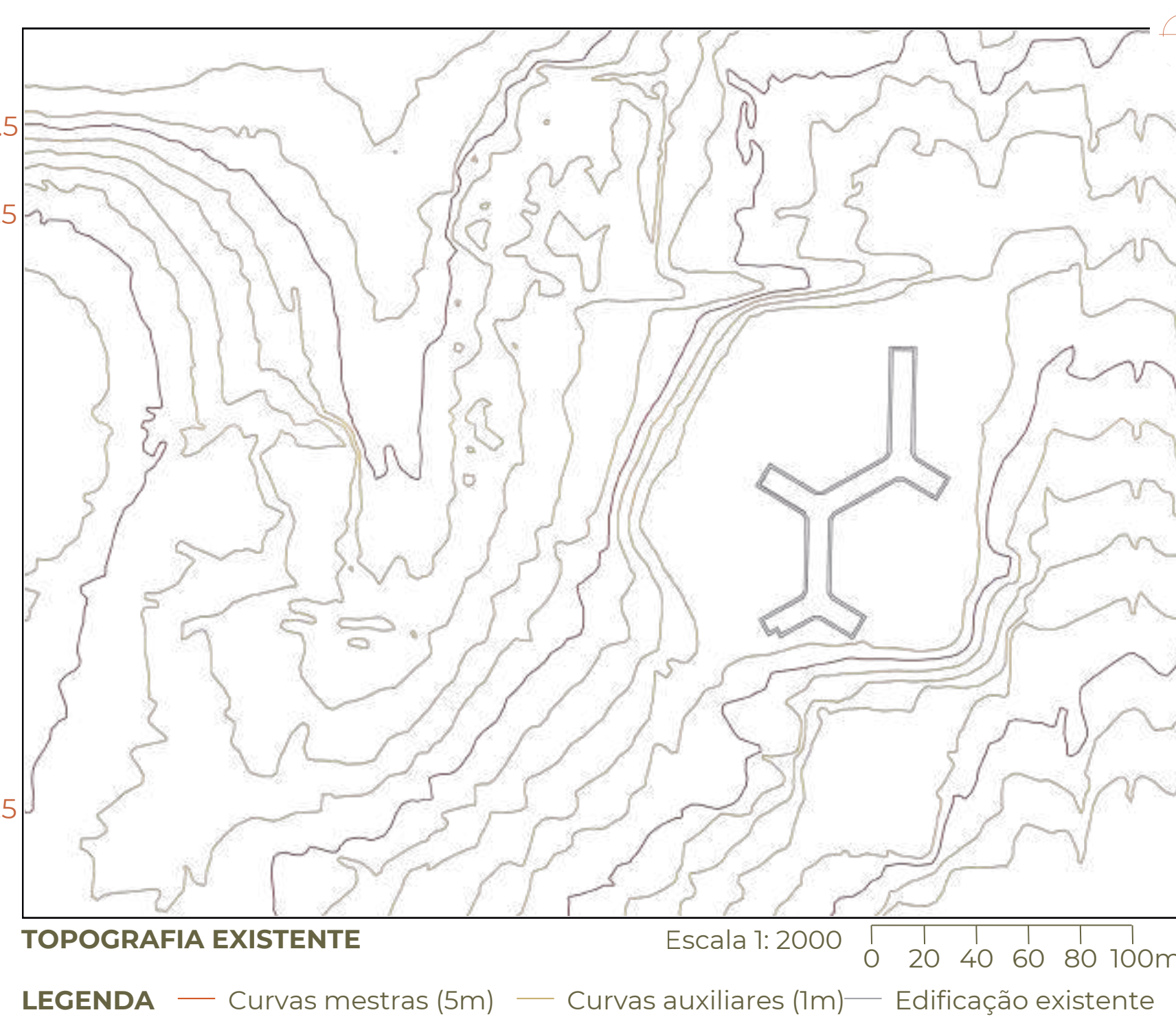


A proposta material articula memória, território e sustentabilidade. A estrutura original de alvenaria da UNICON é preservada como testemunho histórico, enquanto os novos edifícios são construídos em taipa de pilão, com ampla utilização de madeira nas estruturas e telhados de palha. Os percursos recebem pisos em paver drenante de superfície regular, garantindo acessibilidade, permeabilidade do solo e integração com a paisagem. Assim, a intervenção ressignifica o espaço por meio de técnicas de baixo impacto, aproximando a arquitetura do clima local, da terra e da memória coletiva.

## TOPOGRAFIA

O mapa planialtimétrico indica que, embora o terreno apresente variações relevantes de nível em seu entorno, a área já edificada encontra-se previamente aplainada para receber a implantação existente do Ecomuseu. Essa condição evidencia que parte do terreno já passou por intervenções de adequação topográfica, favorecendo a permanência e requalificação da edificação atual.

Na proposta, optou-se por manter a topografia principal com caráter predominantemente plano, buscando garantir maior segurança, conforto e acessibilidade para diferentes públicos, incluindo crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Assim, a topografia representa simultaneamente uma condicionante técnica e uma potencialidade projetual, permitindo articular permanência, acessibilidade, visuais e percursos externos integrados à paisagem.



## IMPLANTAÇÃO

A implantação da proposta parte da permanência da edificação existente do Ecomuseu de Itaipu e da requalificação de seu entorno como território cultural, educativo e paisagístico. A organização dos novos espaços busca valorizar os percursos externos, a acessibilidade, a integração com a vegetação e a relação entre arquitetura, memória e território. Embora o zoneamento da área, vinculada à Itaipu Binacional, permita ampla flexibilidade de ocupação e uso, a proposta opta por manter a intervenção próxima à implantação existente do Ecomuseu. Essa escolha busca preservar a lógica territorial já consolidada, reduzir impactos sobre a paisagem e valorizar a permanência da edificação atual como ponto de partida para sua requalificação e ressignificação.

### ÍNDICES URBANÍSTICOS

Área total da delimitação de lote: 32.569,47m<sup>2</sup>  
 Área construída: 3.450,90 m<sup>2</sup> — 10,59% da área total  
 Taxa de Ocupação = 10,59%  
 Área externa pavimentada: 6.101,43 m<sup>2</sup> — 18,73% da área total  
 Área permeável: 23.017,14 m<sup>2</sup> — 70,67% da área total

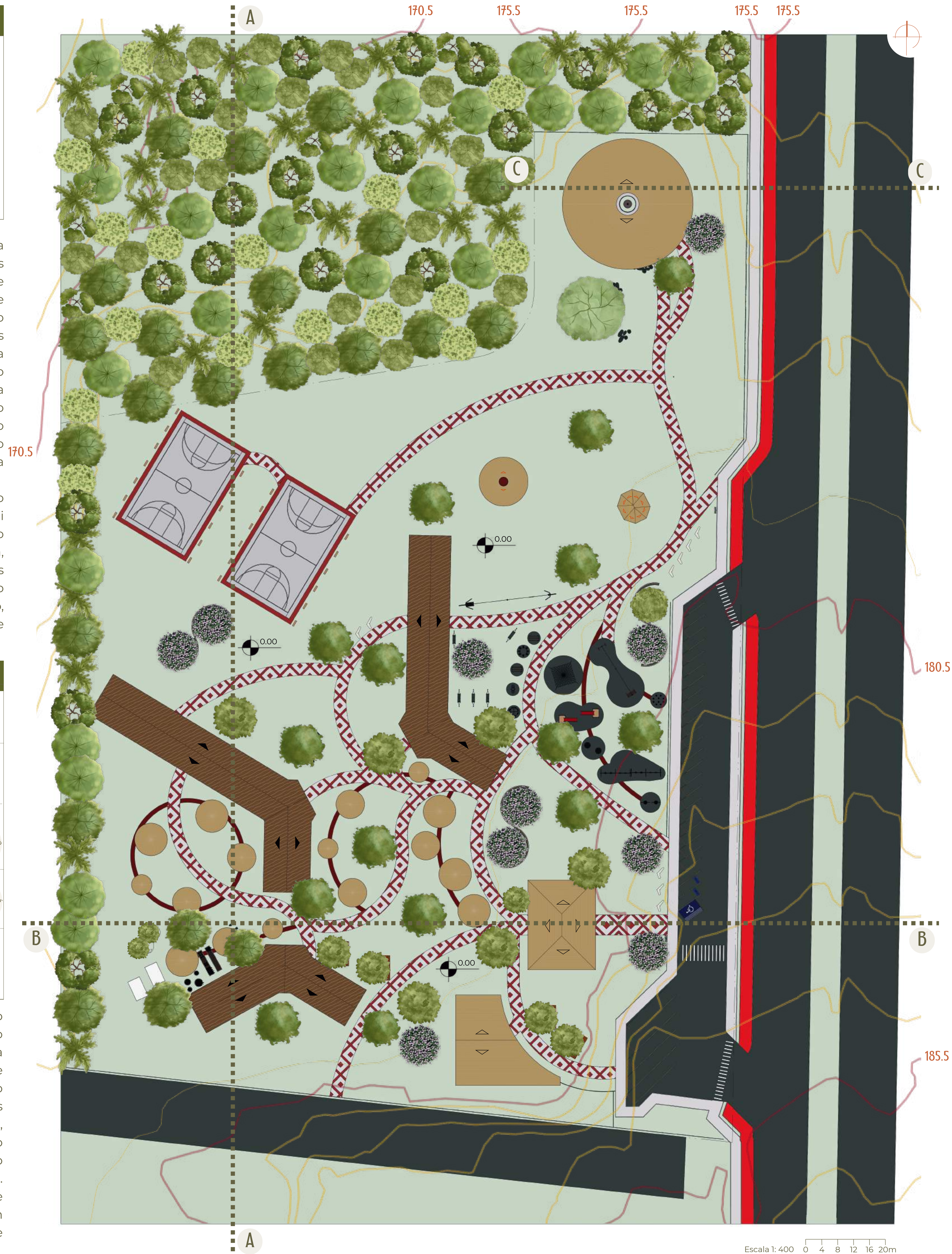
A proposta busca reduzir os impactos da intervenção por meio da preservação das áreas livres e da recomposição vegetal sempre que possível. Após a delimitação do lote e considerando a baixa ocupação construída do terreno, as áreas não edificadas foram priorizadas como espaços permeáveis e integrados à mata nativa já existente na área, reforçando o compromisso com a recuperação ambiental e a valorização da natureza. Assim, o reflorestamento das áreas disponíveis não atua apenas como estratégia paisagística, mas como posicionamento projetual diante dos impactos provocados pela construção.

Na linha de valorização, além da arborização nativa proposta ao longo da intervenção, foi planejada uma horta comunitária como espaço de cultivo, educação ambiental e permanência, reunindo distintas espécies. A seleção das plantas aproxima o visitante de práticas ligadas ao alimento, ao cuidado e aos saberes do território, articulando cultivos tradicionais, usos cotidianos e memória da paisagem.

### PAISAGISMO

TEMPEROS	Cebolinha, Manjericao, Pimenta-do-reino, Salsão
CULTIVOS TRADICIONAIS	Milho, Mandioca, Feijão
FRUTÍFERAS	Amora, Jabuticaba, Goiaba, Banana, Uruçum
ERVAS MEDICINAIS E AROMÁTICAS	Hortelã, Melissa, Boldo, Erva-mate, Guaraná
ARBORIZAÇÃO	Sumalima, Sibipiruna, Canafistula, Ipê-rosa

O paisagismo da proposta é organizado por meio de áreas de permanência, cultivo, sombreamento e circulação, tendo em vista a melhor experiência do usuário ao percorrer a área. Nesta linha de pensamento, foram pensadas calçadas com fluxo livre, com a paginação inspirada nos grafismos Guarani Mbya presentes na cestaria tradicional, especialmente nos padrões conhecidos como *ajaka para*, associados ao contraste entre tons, ao traçado e às relações simbólicas com a natureza. Aplicado em paver drenante 6cm cinza e vermelho, o desenho transforma o percurso em elemento de orientação, identidade visual e conexão entre arquitetura, território e memória.



### IMPLANTAÇÃO – PLANTA DE COBERTURA

LEGENDA  
 — Traçado do lote — Curvas mestras (5m) — Curvas auxiliares (1m) ▼ Telhado colonial i=30% ▼ Cobertura vegetal em palha i=35% ▼ Cobertura cônica em palha i=50%

# PROGRAMA DE NECESSIDADES

A organização programática foi organizada a partir da proposta de transformar o Ecomuseu em um equipamento cultural ampliado, integrando memória, educação, permanência e convivência. Os ambientes foram distribuídos em setores complementares: museológico, social, turístico/comercial e externo. Essa organização permite que o percurso do visitante aconteça de forma livre, passando por exposições interativas e estáticas, espaços de acolhimento, áreas de estudo, alimentação, atividades educativas e permanência. Assim, o programa busca ultrapassar a lógica expositiva tradicional, criando um conjunto de espaços voltados à experiência, ao encontro e à valorização das memórias indígenas, territoriais e comunitárias.

SETOR MUSEOLÓGICO		
EXPOSIÇÕES INTERATIVAS		
Nº	AMBIENTE	m²
1	Composições de cobogós	38,4
2	Produção de tinta de terra	28,7
3	Construção em terra	28,7
4	Moagem e preparo tradicional	12,5
5	Identificação de ervas e aromas	28,7
6	Tramado de fibras naturais e	28,7
7	Brincadeiras tradicionais	38,4
8	Maloca	80
EXPOSIÇÕES ESTÁTICAS		
9	Técnicas construtivas indígenas	38,4
10	Espaço de grafismos	12,5
11	Alimentação e cultivo	38,4
12	Objetos do cotidiano	28,7
13	Esculturas cerâmicas	12,5
14	Fauna local	12,5
15	Território antes da inundação	28,7
16	Resistência e memória de luta	38,4
17	Mapas territoriais	38,4
EXPOSIÇÕES ESTÁTICAS INTERNAS		
18	Cerâmicas	39,6
19	Cestarias	39,6
20	Ferramentas	39,6
21	Pigmentos naturais	39,6
22	Adornos corporais	39,6
23	Redes e trançados	39,6
24	Missões religiosas	39,6
25	Invasão colonial	39,6
26	Contações de histórias	175
27	Apagamento cultural	39,6
28	Itaipu e alagamento de terras	40
29	Expropriação territorial	39,7
30	Genocídio	39,6
31	Escravidão e exploração	39,7
32	Vozes e testemunhos	35
33	Lugares sagrados e ancestrais	35
34	Resistência Guarani	35
35	Jardim da mãe natureza	35
36	Instalação sanitária PCD f.	4,3
37	Instalação sanitária PCD m.	3,8
38	Apoio/DML	8,3
SETOR SOCIAL		
ALA CULINÁRIA		
Nº	AMBIENTE	m²
39	Refeitório	79,7
40	Cozinha comunitária	80,4
41	Higienização	15,9
42	Apoio	8,8
43	DML	5,9
44	Circulação	10,6
45	Forno tatakua	14,5
46	Sala de aula comunitária	125,1
47	Instalação sanitária feminina	7,5
48	Instalação sanitária masculina	7,5
49	Instalação sanitária PCD f.	3,8
50	Instalação sanitária PCD m.	3,8
BIBLIOTECA LATINO AMERICANA AILTON KRENAK		
51	Sala de encontros literários	126,4
52	Apoio	21
53	DML	5,9
54	Copa	9,1
55	Estanteria 01	67,5
56	Espaço de estudos	32
57	Estanteria 02	127
58	Recepção	81,8
59	Instalação sanitária feminina	9,2
60	Instalação sanitária masculina	9,2
61	Instalação sanitária PCD f.	2,8
62	Instalação sanitária PCD m.	2,8
63	Estanteria 03	98
ALA INFANTIL		
64	Cinema	113,9
65	Exposição temporária	82,6
66	Instalação sanitária feminina	9,3
67	Instalação sanitária masculina	9,3
68	Instalação sanitária PCD f.	3,8
69	Instalação sanitária PCD m.	3,8
70	Espaço de calma	25
71	Circulação	79,3
72	Enfermaria	16
73	DML	16
74	Instalação sanitária feminina	9,3
75	Instalação sanitária masculina	9,3
76	Instalação sanitária PCD f.	3,8
77	Instalação sanitária PCD m.	3,8
78	Biblioteca infantil	150,5
SETOR TURÍSTICO/COMERCIAL		
CAFÉ ECOMUSEU		
Nº	AMBIENTE	m²
80	Área de consumo	158
81	Atendimento ao público	22,8
82	Apoio	15,9
83	DML	3,75
84	Instalação sanitária PCD f.	4,5
85	Instalação sanitária PCD m.	4,5
86	Circulação	17,9
RECEPÇÃO DO ECOMUSEU		
87	Salão principal	210
88	Loja indígena	60,5
89	Instalação sanitária PCD f.	4,14
90	Instalação sanitária PCD m.	3,6
91	DML	4,5
ESPAÇOS EXTERNOS		
Nº	AMBIENTE	m²
92	Playground	1760
93	Quadras poliesportivas	1250
94	Banheiros	35
95	Estacionamento	1865,6

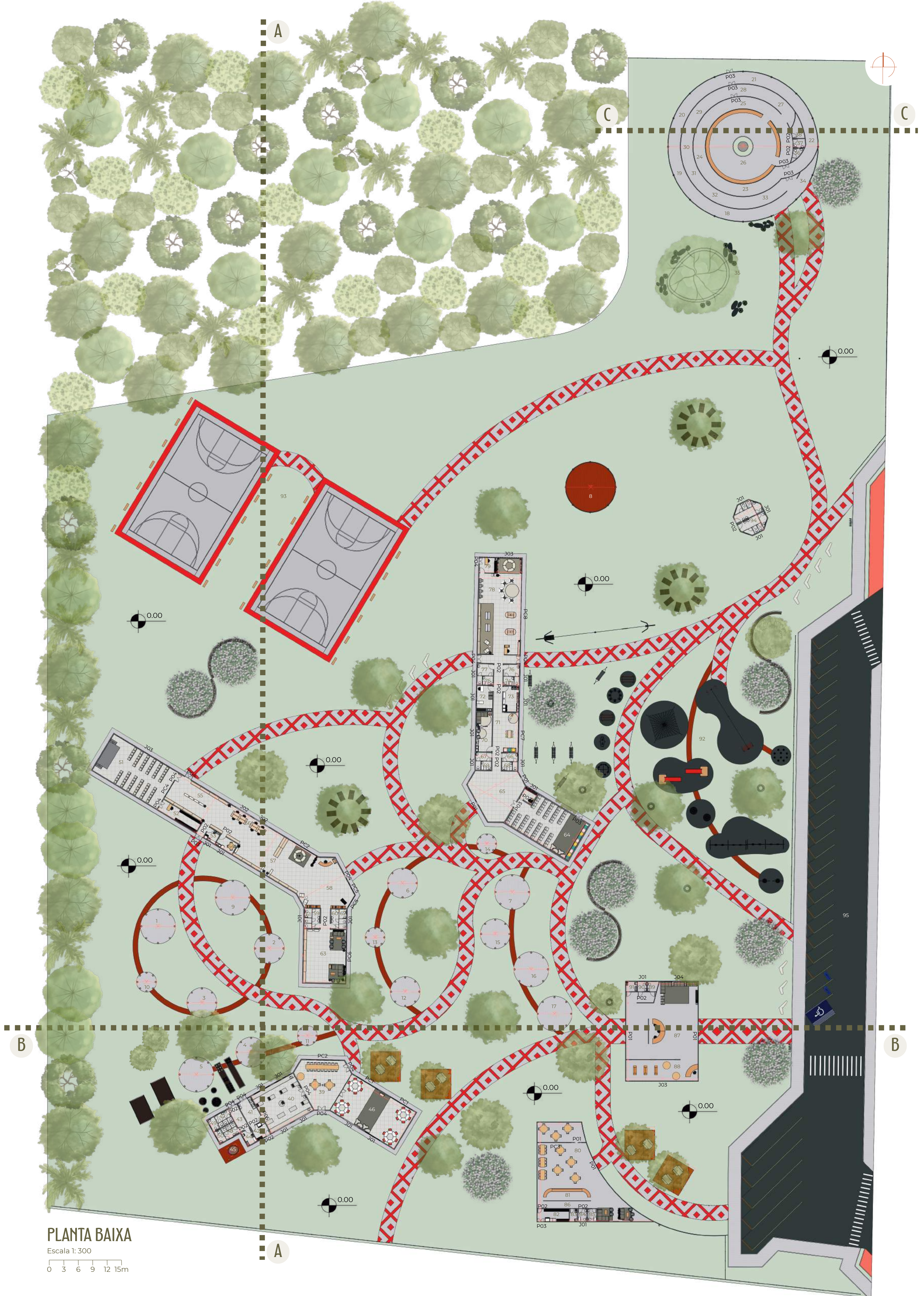


TABELA DE ESQUADRIAS		
JANELAS		
Nº	DIMENSÕES	DESCRIÇÃO
J01	60x120x210	Maxim-ar 2 módulos
J02	110x340x120	Correr 4 folhas de vidro
J03	120x30x50	Conj. janela pivotante
J04	120x30x100	Conj. janela pivotante
J05	120x30x120	Conj. janela pivotante
PORTAS		
P01	200x210	Correr 4 folhas de vidro
P02	90x210	Cirol metálica veneziana
P03	120x210	Dupla giro antipânico
P04	144x210	Dupla giro com visor fixo
P05	90x210	Porta vai e vem

TABELA DE ESQUADRIAS	
PAREDE CORTINA	
Nº	DIMENSÕES
PC1	500x270x15
PC2	650x270x15
PC3	550x210x80
PC4	331,5x270x15
PC5	250x270x15
PC6	970x270x15
PC7	590x270x15
PC8	1325x270x15

A distribuição dos setores foi pensada para construir uma experiência progressiva no território do Ecomuseu. Entre espaços expositivos, educativos, sociais e de apoio, o programa organiza diferentes formas de permanência e participação, permitindo que o visitante circule, aprenda, descanse e se reconheça no percurso. Assim, a setorização reforça a ideia de um museu expandido, onde a memória não está concentrada em uma única sala, mas se manifesta em todo o conjunto.





### CORTE AA

Escala 1: 350  
0 5 10 15 20m

Os espaços internos foram pensados para serem úteis, acolhedores e sensíveis, criando um contraste com a própria história do edifício, marcada por memórias de trabalho, transformação territorial e apagamentos. Assim, os ambientes passam a receber novos usos ligados ao encontro, à permanência e ao cuidado. Na ala de culinária, as pessoas podem se reunir para aprender receitas tradicionais, compartilhar saberes e organizar encontros com mais tempo de mesa, fortalecendo vínculos por meio da comida e da convivência. A biblioteca, por sua vez, acolhe visitantes interessados em títulos exclusivamente latino-americanos, valorizando produções, narrativas e pensamentos do território.

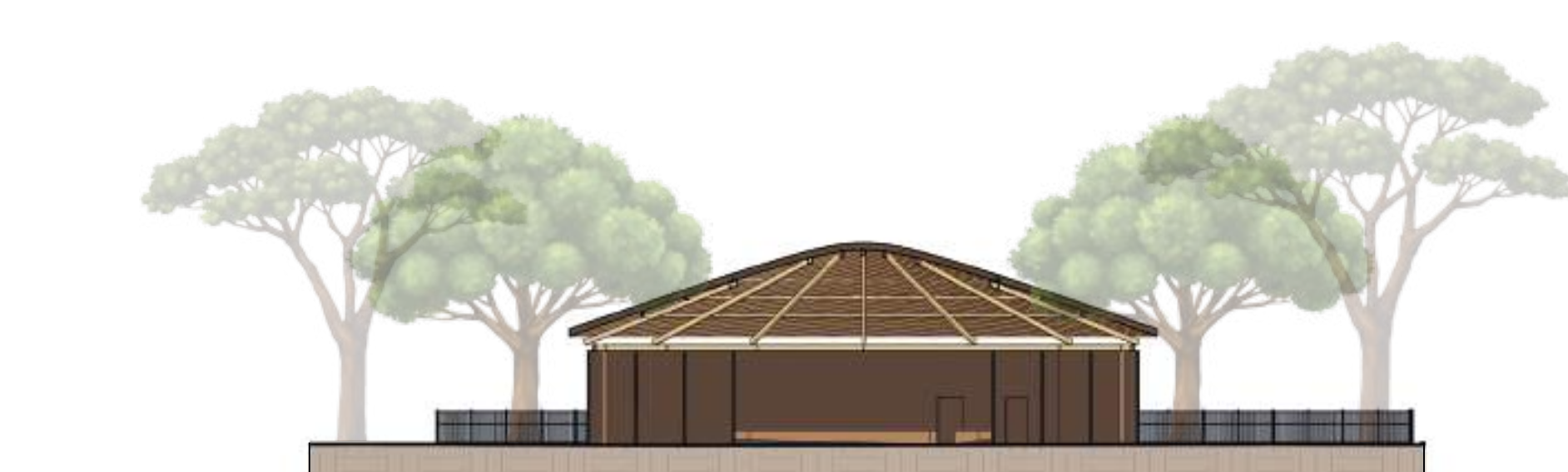


### CORTE BB

Escala 1: 350  
0 5 10 15 20m

Os espaços externos foram pensados como áreas de convivência e contemplação, ampliando a experiência museológica para além da edificação. Com percursos acessíveis, sombreamento, bancos e paisagismo, a proposta incentiva a construção de uma relação com a paisagem, o território e a memória coletiva. O setor turístico e comercial complementa essa dinâmica ao oferecer espaços de apoio, encontro e uso cotidiano, voltados não apenas aos visitantes, mas também à comunidade local.

A ala infantil foi pensada como um espaço de apoio à infraestrutura museológica, destinado a acolher a comunidade infantojuvenil, tanto de forma individual quanto acompanhados por seus cuidadores. O ambiente busca tornar a experiência no Ecomuseu mais acessível, afetiva e educativa, oferecendo suporte à permanência, ao aprendizado e à aproximação das novas gerações com a memória, o território e a cultura latino americana.



### CORTE CC

Escala 1: 350  
0 5 10 15 20m

O setor museológico, composto pelo museu circular, propõe uma experiência sensível de memória e reflexão. Distribuído pelo conjunto e articulado aos espaços de crítica histórica, o museu transforma o percurso do visitante em parte ativa da narrativa do Ecomuseu. Dessa forma, a arquitetura deixa de ser apenas suporte expositivo e passa a conduzir sensações e trajetórias. A memória é um elemento contínuo, presente nos espaços, nos caminhos e nas relações construídas.



## CONCLUSÃO

Conclui-se que a requalificação do Ecomuseu de Itaipu ultrapassa a simples reformulação de um edifício existente, configurando-se como uma proposta de ressignificação histórica, territorial e cultural. Ao transformar o antigo equipamento em um centro cultural de caráter museológico, o projeto propõe uma nova forma de relação entre arquitetura, memória e comunidade, deslocando as narrativas indígenas da condição de apagamento para uma presença ativa, visível e cotidiana no espaço urbano. Mais do que ampliar a representatividade do museu, a intervenção busca tensionar a memória institucional construída em torno da Itaipu, reconhecendo os conflitos, violências e processos de desterritorialização que marcaram a formação da usina. A manutenção da estrutura primordial do antigo prédio da UNICON reconhece as marcas materiais do processo de construção da Usina de Itaipu, enquanto a inserção de novas materialidades, percursos, espaços expositivos abertos e áreas comunitárias busca tensionar criticamente esse passado, sem apagá-lo ou neutralizá-lo. Dessa forma, a intervenção assume a arquitetura como ferramenta de reparação simbólica, educação e pertencimento, capaz de transformar um espaço institucional em lugar de encontro, denúncia, escuta e continuidade cultural. O projeto reafirma que preservar a memória não significa apenas conservar objetos ou registros históricos, mas criar condições para que histórias silenciadas sejam narradas, vividas e reinterpretadas pelas gerações presentes e futuras. Nesse sentido, o futuro proposto para o Ecomuseu é também um retorno às vozes, aos territórios e aos saberes ancestrais que resistem ao apagamento, compreendendo o museu não apenas como edifício, mas como experiência territorial, crítica e educativa.